VOLUME

10

Gisele Silveira Coelho Lopes
Fernanda Guglielmi Faustini Sônego
Oscar Rubem Klegues Montedo
Thiago Rocha Fabris
Indianara Reynaud Toreti
Daniel Ribeiro Preve
Luciane Bisognin Ceretta
Kelly Gianezini
(Organizadores)

PRÁTICAS E SABERES DE **EXTENSÃO**

Apoio:

unesc 50 ANOS 1968 | 2018
A nossa universidade.

ISBN: 978-85-69609-23-0

DOIS POR QUATRO editora

PRÁTICAS E SABERES DE EXTENSÃO
Volume 10

Gisele Silveira Coelho Lopes
Fernanda Guglielmi Faustini Sônego
Oscar Rubem Klegues Montedo
Thiago Rocha Fabris
Indianara Reynaud Toreti
Daniel Ribeiro Preve
Luciane Bisognin Ceretta
Kelly Gianezini
(Organizadores)

DOIS POR QUATRO editora

Florianópolis - Santa Catarina - Brasil - 2018

Apoio:

© Dois Por Quatro Editora, 2018

Rua Ivo Reis Montenegro, 191
Florianópolis/SC - CEP 88085-600
(48) 3371-8222 | (48) 98409-8222
editora@doisporquatro.com
www.doisporquatro.com

Editores Maria Cecilia Pilati e Valmor Fritsche
Revisão Roberto Ostermann
Projeto gráfico Valmor Fritsche

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO – CIP

P912 Práticas e saberes da extensão [recurso eletrônico] / organização de Gisele Silveira Coelho Lopes, Fernanda Guglielmi Faustini Sônego, Oscar Rubem Klegues Montedo, Thiago Rocha Fabris, Indianara Reynaud Toreti, Daniel Ribeiro Preve, Luciane Bisognin Ceretta, Kelly Gianezini. – Florianópolis : Dois Por Quatro, 2018.

112 p.: il. 23cm; v. 10

ISBN 978-85-69609-23-0

1. Pesquisa. 2. Ciências. 3. Tecnologias. 4. Desenvolvimento regional. 5. Gestão. 6. Educação. 7. Saúde. I. Lopes, Gisele Silveira Coelho. II. Sônego, Fernanda Guglielmi Faustini. III. Montedo, Oscar Rubem Klegues. IV. Fabris, Tiago Rocha. V. Toreti, Indianara Reynaud. VI. Preve, Daniel Ribeiro. VII. Ceretta, Luciane Bisognin. VIII. Gianezini, Kelly.

CDD 001.42 (22. ed.)
CDU 001.891

As ideias, imagens, figuras e demais informações apresentadas nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores e de seus organizadores. Autorizamos a reprodução parcial dos textos, desde que citada a fonte. Respeite os direitos autorais – lei n. 9.610/98.

PRÁTICAS E SABERES DE EXTENSÃO
Volume 10

Gisele Silveira Coelho Lopes
Fernanda Guglielmi Faustini Sônego
Oscar Rubem Klegues Montedo
Thiago Rocha Fabris
Indianara Reynaud Toreti
Daniel Ribeiro Preve
Luciane Bisognin Ceretta
Kelly Gianezini
(Organizadores)

AUTORES

Abel Corrêa de Souza
Aline Dagostin Spillere
Alyne Catarina
Ana Maria Volpato
Anderson Correa Benfato
Andréia Cittadin
Angela Ern Rossato
Beatriz Teixeira Back
Bruno Duarte da Silva
Camila Machado Rodrigues
Carolina Citadin Milaneze
Dourival Giassi
Eduardo Tramontin Castanha
Elisa Netto Zanette
Fatima Victoria Hlebania
Fernanda de Souza Fernandes
Gislene Camargo
João Batista da Silva
Jorge Antônio Marcelino
Júlia Pereira Constante
Larissa Dezan
Ludmila Daros Gonçalves
Maike Bordignon Mandelli
Manoel Vilsonei Menegali
Maria Tereza Soratto
Milla Lúcia Ferreira Guimarães
Neiva Junkes Hoepers
Patrícia Tavares Nichele
Paula Rosane Vieira Guimarães
Silvia Dal Bó
Tatiane Koerich Mesquita

APRESENTAÇÃO

Os resultados das experiências que o corpo estudantil da Instituição pôde ter com a extensão basearam diversos artigos e trabalhos de iniciação científica, apresentados e premiados durante a VIII Semana de Ciência e Tecnologia (SCT), em 2017, no campus da Unesc. Alguns dos melhores artigos relacionados à extensão apresentados durante o evento estão presentes neste X volume da obra Práticas e saberes de extensão. Este livro comporta sete artigos de três Unidades Acadêmicas da Unesc (UNACSA – Ciências Sociais Aplicadas; UNAHCE – Humanidades, Ciências e Educação; e UNASAU – Ciências da Saúde).

Os temas centrais da obra foram organizados e distribuídos em três eixos. Na área das **Ciências Sociais Aplicadas**, estão os seguintes trabalhos: a) "Empreendedorismo e Plano de Negócios: ações direcionadas à capacitação de jovens e adolescentes do Bairro da Juventude", dos autores Abel Corrêa de Souza, Jorge Antônio Marcelino e João Batista da Silva, e tem como base desenvolver atividades de extensão universitária estimulando jovens e adolescentes do Bairro da Juventude na geração de trabalho e renda, com inclusão social, por meio de capacitação empreendedora, levando-se em conta que o mercado de trabalho mostra-se cada vez mais seletivo, exigindo do profissional que pretenda ingressar neste ambiente outras qualificações, além do requisito profissional; b) "Ensino, pesquisa e extensão no Curso de Ciências Contábeis da Unesc: divulgação de práticas de responsabilidade social", de Maike Bordignon Mandelli, Ludmila Daros Gonçalves, Eduardo Tramontin Castanha, Carolina Citadin Milaneze, Anderson Correa Benfato, Andréia Cittadin, Manoel, Vilsonei Menegali, Dourival Giassi e Milla Lúcia Ferreira Guimarães, cujo objetivo geral consiste em avaliar a percepção dos estudantes do Curso de Ciências Contábeis da Unesc acerca do Balanço Social como instrumento voltado à gestão universitária; e c) "O Programa de Extensão em Gestão Contábil: os primeiros passos de

sua trajetória", de Carolina Citadin Milaneze, Anderson Corrêa Benfatto, Eduardo Tramontin Castanha, Júlia Pereira Constante, Maike Bordignon Mandelli, Dourival Giassi, Manoel Vilsonei Menegali, Milla Lúcia Ferreira Guimarães e Andréia Cittadin, que tem como finalidade apresentar as ações realizadas pelo Programa de Extensão em Gestão Contábil e os resultados obtidos.

Na área das **Humanidades, Ciências e Educação**, o leitor vai encontrar os seguintes trabalhos: a) "A elaboração de conceitos matemáticos com estudantes do sétimo ano da educação básica: o processo experiencial de iniciação à docência", de Alyne Catarina, Bruno Duarte da Silva, Fatima Victoria Hlebania e Elisa Netto Zanette, que aborda o processo experiencial de iniciação à docência, no ensino-aprendizagem dos conceitos matemáticos de unidades de medida, relacionando-as ao conceito de perímetro e área, na teoria histórico-cultural; b) "Alfabetização e letramento na educação infantil: um relato de iniciação à docência", das autoras Beatriz Teixeira Back, Aline Dagostin Spillere, Patrícia Tavares Nichele e Gislene Camargo, que tem como objetivo mostrar a importância da brincadeira entrelaçada com a alfabetização e o letramento na Educação Infantil; e c) "Cinoterapia e educandos com autismo: a busca pela autonomia mediada pelo afeto", das autoras Camila Machado Rodrigues e Tatiane Koerich Mesquita, que tem como objetivo a coleta de dados resultante do projeto que está em andamento na escola de educação inclusiva AMA, que propõe a cinoterapia como relação afetiva entre os cães e os alunos com espectro autista, para análise de um novo estilo educacional de mediação através da matriz de comunicação.

Na área das **Ciências da Saúde** somente um trabalho foi premiado. Trata-se de "Estratégias para o cuidado em saúde no programa de atenção multidisciplinar à saúde do idoso, das autoras Larissa Dezan, Ana Maria Volpato, Paula Rosane Vieira Guimarães, Fernanda de Souza Fernandes, Maria Tereza Soratto, Angela Ern Rossato, Silvia Dal Bó e Neiva Junkes Hoepers, com intuito de prestar atendimento à saúde dos idosos da região sul de Santa Catarina, oportunizando uma melhora na qualidade de vida, buscando a transformação social a partir da autonomia dos participantes, norteando ações que contribuam para um processo de envelhecimento ativo, sendo que fortalece o aumento do nível de conhecimento sobre envelhecimento saudável dos idosos participantes, acarretando mudanças em seu comportamento, atitudes e hábitos voltados à qualidade de vida, trazendo benefícios diretos e indiretos à população de forma geral.

Há de se destacar o laboro dos bolsistas de iniciação científica Geferson Rafael da Rosa, Leonardo Zamparetti de Queiroz e Letícia Manique Barretto na formatação da presente obra. Agradecemos, também, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc) pelo apoio dado a algumas pesquisas apresentadas neste livro, aos demais patrocinadores e parceiros que juntos colaboraram para o sucesso do evento e, principalmente, pela inestimável colaboração da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (Propex) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), que financiou este livro. Por fim, porém não menos importante, salienta-se que os resultados das pesquisas aqui revelados são de responsabilidade dos(as) autores(as) e coautores(as) de cada capítulo. Desejamos uma excelente leitura!

Os organizadores
Julho de 2018

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PREFÁCIO

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

1. EMPREENDEDORISMO E PLANO DE NEGÓCIOS: AÇÕES DIRECIONADAS A CAPACITAÇÃO DE JOVENS E ADOLESCENTES DO BAIRRO DA JUVENTUDE
Abel Corrêa de Souza
Jorge Antônio Marcelino
João Batista da Silva

2. ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC: DIVULGAÇÃO DE PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
Maike Bordignon Mandelli
Ludmila Daros Gonçalves
Eduardo Tramontin Castanha
Carolina Citadin Milaneze
Anderson Correa Benfato
Andréia Cittadin;
Manoel Vilsonei Menegali
Dourival Giassi
Milla Lúcia Ferreira Guimarães

3. O PROGRAMA DE EXTENSÃO EM GESTÃO CONTÁBIL: OS PRIMEIROS PASSOS DE SUA TRAJETÓRIA
Carolina Citadin Milaneze
Anderson Corrêa Benfatto
Eduardo Tramontin Castanha
Júlia Pereira Constante
Maike Bordignon Mandelli
Dourival Giassi

Manoel Vilsonei Menegali
Milla Lúcia Ferreira Guimarães
Andréia Cittadin

HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO

4. A ELABORAÇÃO DE CONCEITOS MATEMÁTICOS COM ESTUDANTES DO SÉTIMO ANO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O PROCESSO EXPERIENCIAL DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA
Alyne Catarina
Bruno Duarte da Silva
Fatima Victoria Hlebania
Elisa Netto Zanette

5. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM RELATO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA
Beatriz Teixeira Back
Aline Dagostin Spillere
Patrícia Tavares Nichele
Gislene Camargo

6. CINOTERAPIA E EDUCANDOS COM AUTISMO: A BUSCA PELA AUTONOMIA MEDIADA PELO AFETO
Camila Machado Rodrigues
Tatiane Koerich Mesquita

CIÊNCIAS DA SAÚDE

7. ESTRATÉGIAS PARA O CUIDADO EM SAUDE NO PROGRAMA DE ATENÇÃO MULTIDISCIPLINAR A SAUDE DO IDOSO
Larissa Dezan
Ana Maria Volpato
Paula Rosane Vieira Guimarães
Fernanda De Souza Fernandes
Maria Tereza Soratto
Angela Ern Rossato
Silvia Dal Bó
Neiva Junkes Hoepers

PREFÁCIO

Prof. Dr. Clandio Favarini Ruviaro
Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD - Mato Grosso do Sul)

Quando me convidaram para escrever o prefácio desse *e-book*, fiquei surpreso, pois não sou tão bom nesse assunto. Escrever um prefácio sobre práticas e saberes de extensão é um desafio e uma responsabilidade. Eu vejo que a relação existente entre pesquisa, ensino e extensão possibilita a difusão do saber acadêmico, projetando equilíbrio e harmonia entre universidade e sociedade, por meio de estratégias metodológicas inovadoras para os setores internos e externos à universidade, contribuindo com a melhoria da compreensão da temática envolvida. Ademais, propicia que os interlocutores possam ter contato com as diferentes realidades oferecidas pelas diversas áreas dos saberes.

O contato direto com a sociedade por meio da extensão com os acadêmicos do ensino superior fortalece a formação técnica e moral do indivíduo e contribui, consequentemente, para a melhoria de uma sociedade mais igualitária e emancipada. Além disso, o enriquecimento curricular é indiscutível e o ganho da comunidade com tais atividades é crescente. O ensino precisa da pesquisa para oxigená-lo, aprimorá-lo e inová-lo para levar seus conhecimentos à comunidade e complementá-los com aplicações práticas. E a extensão leva à comunidade as soluções para as diferentes dificuldades encontradas nos diversos segmentos, seja em relação a concepções ou à aplicação de soluções.

A vida passa rápido e percebo que as ações de extensão universitária são cada vez mais relevantes. Assim, observo a importância de cada capítulo deste *e-book*. Os temas abordados permeiam elementos como educação, saúde, em-

preendedorismo, gestão, práticas, entre outros. O mais importante de tudo é verificar que cada capítulo em especial propicia alguma forma de contribuição ao desenvolvimento daqueles que participam de uma sociedade que precisa, cada vez mais, assumir a função de geradora de mudanças.

Colocar as ideias no papel, analisá-las, interpretá-las e transformá-las em algo inteligível e de interesse dos leitores é uma tarefa árdua, que merece o reconhecimento de todos. Alegra-me prefaciar esta edição e sinto-me honrado pelo convite, pois estes textos me lembram e reforçam em mim os ensinamentos que procuro transmitir: façam a diferença, e isso depende de vocês, depende da coragem de cada um, de energia e teimosia. Sigam adiante!

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

1 EMPREENDEDORISMO E PLANO DE NEGÓCIOS: AÇÕES DIRECIONADAS À CAPACITAÇÃO DE JOVENS E ADOLESCENTES DO BAIRRO DA JUVENTUDE

Abel Corrêa de Souza[1]
Jorge Antônio Marcelino[2]
João Batista da Silva[3]

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2017, o público-alvo do projeto é composto por 60 jovens e adolescentes, sendo 30 período matutino e 30 período vespertino, que participam do Curso de Educação Profissional de Aprendizagem Industrial na Linha de Mecânica Geral – Soldagem, do Bairro da Juventude, localizado na rua Cônego Aníbal Maria di Francia, 1.483, Pinheirinho – Criciúma-SC. O Bairro da Juventude atua há mais 65 anos no município como instituição beneficente. Atualmente, atende mais de 1.400 jovens e adolescentes, em tempo integral, em programas de educação infantil, ensino fundamental, laboratórios educativos e educação profissional. Em função da seriedade do trabalho desenvolvido e da abrangência social desta instituição na comunidade, foi identificada a oportunidade de realizar trabalho educativo, com foco na capacitação em empreendedorismo, plano de negócios e responsabilidade social, o que está em sintonia com a missão da Unesc. Todo ano, desde 2011, o projeto atende jovens e adolescentes, que participam dos cursos de formação profissional oferecidos pelo Centro de Educação Profissional do Bairro da Juventude. Objetivo geral: desenvolver atividades de extensão universitária, estimulando jovens e adolescentes do Bairro da Juventude na geração de trabalho e renda, com inclusão social, por meio de capacitação empreendedora. Objetivos específicos: estimular e capacitar multi-

1 Professor do curso de Administração da Unesc.
2 Professor do curso de Administração da Unesc.
3 Professor do curso de Administração da Unesc.

plicadores acadêmicos para a difusão do conhecimento dos pressupostos técnicos e comportamentais do empreendedorismo; desenvolver oficinas para a qualificação dos jovens e adolescentes na prática dos processos de gestão de um empreendimento; propiciar aos jovens e adolescentes oficinas para a elaboração de um produto ou serviço inovador; promover oficinas em laboratórios de informática para a estruturação e elaboração de planos de negócios; apresentar as fontes externas de recursos financeiros de fomento de novos empreendimentos para geração de trabalho e renda.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de empreendedorismo não é novo, pois desde a Idade Média o empreendedorismo começava a tomar forma, cuja denominação foi o indivíduo encarregado de elaborar projetos que permitissem a produção em larga escala. A partir do primeiro quarto do século XVIII, começa a tomar forma a ideia de associar o risco aos empreendimentos, desvinculando, entretanto, o financiador daquele que efetivamente assume os riscos. Esse conceito é o cerne do empreendedorismo disseminado por Richard Cantillon (HISRICH; PETERS, 2004).

Pode-se dizer que historicamente os empreendedores eram conhecidos como aqueles que acessavam capital avantajado somente em mercados desenvolvidos. Na presente década a realidade está muito diferente, pois um empreendedor independente do lugar em que está e cria valor com pouco capital. Essa realidade é muito presente em mercados emergentes em que já é possível visualizar a evidência de economias empreendedoras. Aquela ideia de que não há empreendedores em mercados em desenvolvimento, ou quando há, são considerados microempreendedores, é equivocada. O que se vê é o surgimento de projetos de alto potencial entre pessoas que no decorrer da história, estiveram as margens da exclusão econômica e social (HABIBY; COYLE JR, 2010).

Várias outras fases importantes foram contribuindo para que o conceito do empreendedorismo chegasse até os dias atuais com uma concepção mais ampla e mais comprometida com a sociedade. É em meio as mudanças tão radicais que o conceito de empreendimento social começa a consolidar-se.

Segundo Hartigan e Elkington (2009), o mundo está passando por transformações jamais imaginadas em épocas não muito distantes, e ainda está dando os primeiros passos rumo a mudanças bem mais vigorosas, profundas e penetrantes. De uma forma ou de outra, essas mudanças contribuirão para que as economias e as culturas, bem como a percepção das pessoas em relação a si próprio e de seus princípios, sofram transformações em proporções jamais vistas. Nesse emaranhado de transformações tão drásticas, o empreendedor social começa a despontar como uma alternativa de ajudar a sociedade atacando problemas intratáveis, assumindo riscos que outros indivíduos não se proporiam a assumir e instigando os demais membros da sociedade a enxergar o mundo além daquilo que parece possível.

O conceito de responsabilidade social corporativa é relativamente novo, se comparado a outros conceitos, uma vez que passou a ser incorporado no jargão das sociedades na segunda metade do século XX. Grupos de ativistas sociais e investidores conscientes foram unânimes em admitir a adoção de indicadores de responsabilidade social como forma de definição de princípios e limites éticos para a atividade empresarial (MARCONDES; BACARJ, 2010).

A implementação das práticas de responsabilidade social nas corporações depende de conscientização ampla na estrutura da instituição, independentemente do porte e do segmento de atuação. Entretanto, alguns obstáculos poderão ser interpostos no caminho, os quais deverão ser encarados como desafios que podem ser vencidos. Os principais desafios, nesses primeiros passos, podem ser os seguintes: sensibilização e motivação da liderança, adequação da cultura da empresa, atenção às demandas das partes interessadas, integração da responsabilidade social empresarial aos sistemas de gestão existentes, inclusão e compromisso de todos os gestores e definição de indicadores de resultados (GONÇALVES, 2006).

Assim, dentro dos princípios contidos na missão da Unesc que é "Educar por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do Ambiente de Vida." O objetivo, ao longo dos anos de 2011 a 2016, foi desenvolver atividades de extensão universitária, estimulando jovens e adolescentes dos Cursos de Eletroeletrônica, Mecânica de Automóveis, Panificação, Programador de Computação, Mecânica Geral e Soldagem do Bairro da Juventude, na geração de trabalho e renda, com inclusão social, por

meio de capacitação empreendedora.

O Bairro da Juventude atua há 63 anos em Criciúma-SC – como instituição beneficente. Seu propósito é "Promover e oportunizar a formação integral da criança e do adolescente em situação de risco pessoal e/ou social, com qualidade, por meio da educação escolar solidária e assistência social, junto à família, assegurando a todos o pleno exercício da cidadania." (BAIRRO DA JUVENTUDE, 2011, p. 1). Atualmente atende mais de 1.400 jovens e adolescentes, em tempo integral, em programas de educação infantil, ensino fundamental, laboratórios educativos e educação profissional. Em função da seriedade do trabalho desenvolvido e da abrangência social desta instituição na comunidade e com o público que atende, foi identificada a oportunidade de realizar um trabalho educativo, com foco na capacitação em empreendedorismo, plano de negócios e responsabilidade social.

Diante dos resultados até então obtidos, pretende-se, no ano de 2017, continuar atuando na mesma concepção dos anos de 2011 a 2016. Ademais, com a preocupação de atender um público menos favorecido, e em sintonia com os requisitos definidos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), lei n. 8.742/1993, relativos a assistência técnica com vistas a elevação do padrão de qualidade de vida da sociedade beneficiada, este projeto pretende oferecer capacitação técnico-profissional.

3. METODOLOGIA

Os trabalhos foram desenvolvidos por meio de oficinas, conforme quadro 1:

Quadro 1 - Cronograma das Oficinas e Conteúdos versus Carga Horária.

Oficinas	Conteúdos	CH	Realização
Oficina I	Nivelamento dos conceitos de empreendedorismo;	15 horas	Abr-Mai/2016
Oficina II	Processo de identificação das oportunidades para a criação de um produto ou serviço inovador;	10 horas	Mai-Jun/2016
Oficina III	Interdisciplinaridade no processo de gestão de um empreendimento;	13 horas	Jul/2016
Oficina IV	Estruturação do plano de negócios;	25 horas	Ago-Set-Out/2016

Oficina V	Apresentação do produto; Elaboração do plano de negócios usando o software Negócio Certo do SEBRAE.	20 horas	Out-Nov/2016
Oficina VI	Pesquisa das fontes de fomento para financiamento de novos empreendimentos.	10 horas	Nov-Dez/2016

4. EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO

No período compreendido entre 2011 e 2016, anos em que foram realizadas as edições anteriores, foram atendidos mais de 340 jovens e adolescentes, na sua maioria, oriundos de classes sociais em situação de risco.

Tabela 1 - Jovens e adolescentes atendidos

Item	Participantes	Inseridos no mercado
2011	57	52
2012	54	52
2013	55	54
2014	60	57
2015	60	58
2016	50	48

Fonte: Projeto Bairro da Juventude 2017.

Conforme levantamentos feitos em conjunto com a coordenação dos cursos profissionalizantes do Centro de Educação Profissional do Bairro da Juventude, mais de 95% conseguiram inserção no mercado de trabalho logo após a conclusão do curso. De acordo com informações coletadas nos relatórios, este número passou a ser mais expressivo a partir da implementação do projeto, no ano de 2011.

CONCLUSÃO

Em seu escopo, este projeto tem como propósito a utilização de estratégias que promovam o desenvolvimento da autonomia do público atendido após o período de apoio institucional. Para dar conta desse desafio, diversas ações são necessárias, definidas conforme segue abaixo:

- Promoção de mudanças de atitudes e comportamentos frente as novas exigências do mercado;
- Contribuição para a inclusão social dos jovens e adolescentes do Bairro da Juventude, dos cursos de Educação Profissional de Aprendizagem Industrial, atualmente sem perspectiva de oportunidades para o acesso da implementação de um empreendimento próprio;
- Desenvolvimento da visão sistêmica inerente a um empreendimento econômico e social;
- Estímulo ao desenvolvimento de sensibilidade dos jovens e adolescentes do Bairro da Juventude em identificar oportunidades de inclusão na geração de trabalho e renda, por meio da criação de um novo empreendimento;
- Disseminação da necessidade de organização e planejamento de um empreendimento econômico e socialmente sustentável para a sua perpetuação;
- Disponibilização de ferramentas tecnológicas disponíveis no mercado para a estruturação e elaboração de planos de negócios;
- Identificação de fontes de recursos financeiros para o fomento de novos empreendimentos econômicos e sociais.

O mercado de trabalho mostra-se cada vez mais seletivo, exigindo que o profissional que pretenda ingressar nesse ambiente, tenha outras qualificações além do requisito profissional. Assim, a parceria da Unesc com o Bairro da Juventude por meio deste projeto, contribui de forma significativa para a formação do indivíduo em sua totalidade, tanto na qualificação profissional quanto na cidadã.

REFERÊNCIAS

BAIRRO DA JUVENTUDE. **Missão.** Disponível em: <http://www.bairrodajuventude.org.br/bairro/?incore=2&sc=16>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,**

Brasília, DF, 8 dez. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 29 de out. 2011.

GONÇALVES, B. S. **Responsabilidade Social Empresarial nos Processos Gerenciais e nas Cadeias de Valor**. São Paulo: Instituto Ethos, 2006.

HABIBY, A. S.; COYLE J. R, D. M. O empreendedor de alta intensidade. **Harvard Business Review.** São Paulo, vol. 88, n. 03, set, 2010.

HARTIGAN, P; ELKINGTON, J**. Empreendedores sociais**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2009.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

MARCONDES, A. W.; BACARJI, C. D. **ISE – Sustentabilidade no Mercado de Capitais**. São Paulo: Report, 2010.

UNESC. **Missão.** Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/capa/index/91/5084>. Acesso em: 20 ago. 2017.

2 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC: DIVULGAÇÃO DE PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL[4]

Maike Bordignon Mandelli
Ludmila Daros Gonçalves
Eduardo Tramontin Castanha
Carolina Citadin Milaneze
Anderson Correa Benfato
Andréia Cittadin
Manoel Vilsonei Menegali
Dourival Giassi
Milla Lúcia Ferreira Guimarães

1. INTRODUÇÃO

A idealização da responsabilidade social surgiu em meados do século XX, tendo seus primeiros vestígios nos Estados Unidos da América (EUA). No Brasil esse movimento apareceu com maior intensidade apenas na década de 1980, mediante a primeira publicação do relatório da empresa Nitrofértil, localizada na Bahia, contemplando alguns indicadores socioambientais envolvendo o meio econômico, social e ambiental (IBASE, 2008). Nesse processo vários fatores externos, como por exemplo, pressões e manifestações de empresas e meios ligados à natureza contribuíram para a manutenção dos relatórios sociais como o Balanço Social (BS) (IBASE, 2008).

Nesse cenário encontra-se o contador, profissional responsável pelo registro, organização, demonstração, análise e acompanhamento dos atos e fatos relacionados ao patrimônio das entidades nos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

4 Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc; Núcleo de Estudos Contábeis (NECON); Curso de Ciências Contábeis.

A Norma Brasileira de Contabilidade Técnica n. 15 (NBC T15) estabelece e regulamenta os requisitos para a elaboração do BS. A publicação anual desta demonstração é incentivada no Brasil, mas não é obrigatória. No caso de companhias abertas há a obrigatoriedade pela lei n. 11.638/2007 de publicação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), um dos componentes do BS.

Para Iudícibus *et al.* (2009) BS é uma forma de as empresas ou instituições, tanto públicas quanto privadas, prestarem contas à sociedade de suas ações econômicas, sociais e ambientais. Atualmente essa ideia exalta sua prática no meio social, tornando-as públicas e visíveis, trazendo informações quantitativas e qualitativas para sociedade.

Para além dos objetivos sociais, o BS traz consigo a oportunidade de fortalecimento da empresa, podendo resultar em sua produtividade, na participação do mercado de trabalho além de oferecer uma imagem mais ética e transparente perante a concorrência (APOLINARIO, 2009).

Nesse contexto encontram-se as Instituições de Ensino Superior (IES), que atuam como agentes sociais na medida em que oportunizam a formação de profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento, não só técnico-científicos, mas também com valores sociais e formativos. Esses profissionais podem contribuir com seus conhecimentos para o desenvolvimento da região em que atuam.

O Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), por sua vez, realiza inúmeras atividades voltadas ao ensino, pesquisa e extensão formando profissionais competentes, dinâmicos, empreendedores, dotados de uma visão sistêmica e global da área técnica e capazes de encaminhar ações voltadas para a transformação positiva da realidade social. Essas iniciativas do Curso, muitas vezes, não são disseminadas à comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

Assim, o objetivo geral deste estudo consiste em avaliar a percepção dos estudantes do Curso de Ciências Contábeis da Unesc acerca do Balanço Social como instrumento voltado à gestão universitária. Para tanto, têm-se como objetivos específicos: i) identificar as etapas de elaboração do relatório social; ii) identificar as ações sociais que o Curso realiza; iii) verificar na opinião dos estudantes do Curso a importância da elaboração de relatório social com vistas a tornar público à comunidade, acadêmica e externa, as ações de responsabili-

dade social desenvolvidas por meio do ensino, pesquisa e extensão.

As contribuições do estudo consistem, principalmente, em evidenciar a possibilidade de prestar contas à sociedade das atividades desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior e seus cursos de graduação e na ascensão das informações prestadas pela contabilidade.

Este artigo está disposto em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção trata da fundamentação teórica que abrange a história, função e impacto social do BS, bem como, a trajetória do Curso de Ciências Contábeis da Unesc nesse movimento. A terceira seção descreve a metodologia da pesquisa. A quarta refere-se aos resultados do estudo e, por fim, a quinta seção engloba a conclusão e as recomendações finais.

2. OS RELATÓRIOS SOCIAIS: HISTÓRIA, FUNÇÕES E A RELAÇÃO COM A CONTABILIDADE

Os primeiros indícios de pensamentos relacionados a responsabilidade social corporativa surgiram ao final do século XlX e início do século XX, porém essa prática começou a ser exigida através de manifestações populares, por volta de 1960 nos EUA e em 1970 na Europa, surgindo a necessidade de publicação dos relatórios anuais empresariais.

No Brasil, esta prática teve início nos anos de 1980, com a elaboração de modelo de relatório social e, posteriormente, sua publicação em 1984 pela indústria química e petroquímica Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste S.A. (Nitrofértil), no município de Camaçari, na Bahia. Porém, as empresas demonstraram maior interesse sobre ao tema somente no ano de 1990. Esse fortalecimento se deu por vários fatores, dentre os quais, destacam-se a pressão de empresas internacionais e as campanhas de preservação do meio ambiente, que incentivaram a prática de responsabilidade social. Desde então, as empresas começaram a publicar anualmente o BS, não havendo ainda um padrão de relatório até então. Em 1997, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) lançou o primeiro modelo oficial de publicação do Balanço Social (IBASE, 2008). O Balanço Social conhecido também como Relatório de Sustentabilidade ou Relatório de Sustentabilidade Social "é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente

possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, seus parceiros sociais" (TINOCO; KRAEMER, 2011, p. 12).

Sobretudo, o BS é um relatório publicado anualmente com o objetivo de prestar contas à sociedade pelos recursos utilizados. O relatório mostra as ações sociais, ambientais, ou até mesmo projetos que tenham como finalidade retribuir a sociedade pelos recursos utilizados pela empresa ou instituição. Diante disso a NBC T15 (2006, p. 15) define BS como a "demonstração contábil que tem por objetivo a evidenciação de informações de natureza social com vistas a prestar contas a sociedade pelo uso dos recursos naturais e humanos, demonstrando o grau de responsabilidade social da entidade". Pode-se afirmar ainda que o BS possui outras definições, elas podem ser mais amplas e sugerir diferenciações não fugindo do seu objetivo principal que é a responsabilidade social.

> O Balanço Social na sua concepção mais ampla envolve a demonstração da interação da empresa com os elementos que a cercam ou que contribuem para sua existência, incluindo o meio ambiente natural, a comunidade e economia local e recursos humanos (LISBOA; RIBEIRO,1999, p. 3).

Com o desenvolvimento e a evolução da sociedade, o BS tornou-se um insumo importante para explicações sociais. Não apenas por prestações de contas, mas também por divulgações de trabalhos criando uma imagem positiva das empresas e instituições. Conforme Ribeiro e Lisboa (1999, p. 74) a Contabilidade, enquanto geradora de informações econômico-financeiras sobre o desempenho das empresas "possui os instrumentos necessários para contribuir para a identificação do nível de responsabilidade social dos agentes econômicos" por meio da demonstração contábil BS. Iudícibus e Marion (2001, p. 25) complementam mencionando que o relatório contém dados que

> [...] permitem identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Dentre as formas de elaborar o BS, as empresas brasileiras utilizam, principalmente, três modelos, a saber: IBASE, GRI (*Global Reporting Initiative*) e Instituto Ethos. O modelo IBASE criado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas teve o apoio em seu desenvolvimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), técnicos, pesquisadores e representantes de instituições públicas e privadas. O modelo GRI é internacionalmente aceito e o Instituto Ethos é baseado nas diretrizes do GRI e adaptado ao cenário brasileiro. Não há obrigatoriedade da publicação do BS no Brasil. As companhias abertas, desde 2007 por meio da lei n. 11.638, tem a obrigatoriedade de publicar da Demonstração do Valor Adicionado, um dos componentes do BS. O BS é considerado um instrumento de avaliação, que analistas de mercado, investidores e órgãos de financiamento incluem na lista dos documentos necessários para conhecer e avaliar os riscos e as projeções de uma empresa. Embora não seja padronizada, a demonstração possui alguns itens indispensáveis para sua elaboração. O quadro 1 apresenta os principais elementos que compõe o Balanço Social.

Quadro 1 - Elementos do Balanço Social

Elementos do BS	Descrição
Mensagem do presidente	Tem por finalidade definir os compromissos da entidade e resumir o documento.
Perfil do empreendimento	Serve para dar um apanhado geral da empresa, como por exemplo, o tipo de produto e serviços da empresa, a sua marca, a quantidade de empregados, as datas dos últimos demonstrativos contábeis publicados, o resultado das vendas por região, as mudanças relevantes ocorridas na empresa etc.
Informações sobre a empresa	Descreve o histórico, a missão, evolução, princípios e a visão estratégica da entidade.
Atividade empresarial	Mostra, detalhadamente, como a organização lida com as partes interessadas e mostra os indicadores de seu desempenho econômico, social e ambiental, e ainda apresenta alguns dados complementares sobre a postura ética e a visão de futuro da empresa.
Indicadores de desempenho: econômico, social e ambiental	Contém informações sobre os impactos econômicos da empresa na sociedade, sua evolução e distribuição das riquezas. Já na seção dos indicadores sociais, apresentam-se dados sobre o bem-estar da força no trabalho, direitos do trabalho e direitos humanos. E, na seção dos indicadores ambientais, têm-se os levantamentos sobre os impactos sobre o ambiente.
Anexos	Contém informações dos relatórios que desviariam a atenção do leitor, e por isso merecem uma atenção especial.

Fonte: elaborado pelos autores.

O BS possui seis etapas de construção, a saber: 1) Planejamento do trabalho e escolha do modelo a ser adotado; 2) Designação do grupo de trabalho interno e envolvimento das partes interessadas; 3) Coleta, tratamento e consolidação dos dados; 4) Elaboração e análise dos textos – redação/revisão/edição; 5) Verificação e auditoria das informações; e, 6) Publicação e divulgação dos relatórios. Em resumo, trata-se de um levantamento dos principais indicadores de desempenho econômicos, sociais e ambientais da empresa e um meio de dar transparência às atividades corporativas. É considerado um instrumento que amplia o diálogo com todos os públicos com os quais a empresa se relaciona: acionistas, consumidores/clientes, comunidade vizinha, funcionários, fornecedores, governo, organizações não governamentais, mercado financeiro e sociedade (GODOY; PFITSCHER; GASPARETTO, 2007). O BS atende a todos os grupos que interagem com a empresa, desde os administradores como subsídio para o processo de tomada de decisões até a comunidade, na medida em que oportuniza uma ideia sobre a postura da empresa.

2.1 O CONTADOR E A CONTABILIDADE AMBIENTAL

Inúmeras são as competências exigidas pelo mundo do trabalho para o contador. Diversos autores tratam do tema, mas especificamente na região sul do país o interesse maior dos empregadores em relação às competências do contador, além do domínio da ciência da contabilidade e do conhecimento das tecnologias de informação disponíveis para a área, está nas habilidades e atitudes como liderança, saber trabalhar em equipe, saber ouvir e escrever, tomar decisões, inovar e ser proativo, dedicado e ético (GUIMARÃES, 2014).

Entre outros princípios éticos "a responsabilidade fiscal é um importante instrumento de cidadania. A conscientização tributária é necessária para conduzir os contribuintes e um princípio básico para que as empresas possam fazer uma boa gestão fiscal" (MERLO; PERTUZATTI, 2005, p. 4). Os autores comentam que agindo dessa forma o contador demonstra sua importância para a sociedade, não só pelo exercício profissional, mas também, pelo exemplo de profissionalismo, conduta e moral em prol do bem-estar social, cultural e econômico.

O contador sendo responsável por gerenciar e levantar dados de organizações, torna-se o principal detentor das informações referentes as funções

relacionadas a responsabilidade social praticadas pelas empresas e, portanto, profissional essencial na elaboração do BS (MERLO; PERTUZATTI, 2005). A Contabilidade Ambiental é uma área das Ciências Contábeis que reconhece e registra os fatos contábeis relacionados a ações realizadas pela entidade no que tange as questões socioambientais. De acordo com Keinert (2007, p. 32), trata-se de

> [...] uma abordagem combinada com a teoria da contabilidade que facilita a transição de informação da contabilidade financeira e da contabilidade de custos para aumentar a eficiência dos materiais, ajudando a reduzir o impacto e o risco, diminuindo os custos visando uma eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica.

Nesse sentido, a Contabilidade Ambiental tem crescido de importância para as empresas em geral, que se veem obrigadas a prestar contas para a sociedade acerca desses assuntos, por meio de demonstrativos com informações transparentes e realistas (COSTA, 2012). A demonstração destas informações contábeis para a sociedade, de forma clara e transparente, é um indicativo que uma entidade busca atuar primando pela responsabilidade social de sua organização.

2.2 A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Embora os estudos sobre o BS ainda sejam algo recente no Brasil, nota-se certo interesse, tanto nas organizações empresariais quanto nas instituições de ensino, em elaborar e divulgar este demonstrativo. Em consulta à base de dados *Scientific Periodicals Electronic Library* (Spell) utilizando-se o recurso de busca com a expressão "balanço social", encontrou-se o estudo de Mazzioni, Tinoco e Oliveira (2007) no qual apresentavam o delineamento de uma proposta de BS para uma fundação universitária, como um demonstrativo útil na gestão das organizações e na prestação de contas aos *stakeholders*.

A proposta dos autores é composta de nove tópicos, abrangendo informações de cunho econômico, financeiro, social e ambiental, a saber: 1) apresentação da entidade: possibilitam o relato do modelo de gestão adotado;

2) indicadores monetários: servem para avaliar o envolvimento social da entidade verificando o consumo de recursos na remuneração e qualificação do pessoal, investimentos em benefícios ao quadro de recursos humanos e os recursos aplicados em benefício da comunidade, por meio de programas assistenciais ou de inserção comunitária; 3) recursos humanos: pretendem externar o esforço organizacional de valorização do quadro funcional; 4) indicadores acadêmicos: mostra a quantidade de alunos na graduação e pós-graduação, bolsas de estudos, evasão, reprovação e total de cursos ofertados; 5) DVA: pretende informar aos *stakeholders* como e quanto é gerado de riqueza pela entidade e qual a destinação desta riqueza; 6) meio ambiente: busca relatar as ações desenvolvidas de preservação ambiental; 7) ética, transparência e responsabilidade social: exposição de práticas que justifiquem o discurso de entidade socialmente responsável. 8) desenvolvimento de projetos futuros de impacto social e ambiental: permite a evidenciação e o relato do planejamento de ações futuras no desenvolvimento regional; 9) Outras informações relevantes: descrever informações que não tenham sido contempladas anteriormente.

Os achados apontam para a necessidade de as entidades complementarem a divulgação de informações, adicionando aos relatórios de natureza econômica e financeira aqueles de cunho social e ecológico.

2.3 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC E SEU PRIMEIRO BALANÇO SOCIAL

Com o desenvolvimento do município de Criciúma começaram a aparecer as carências por profissionais qualificados para atuar no mercado de trabalho e atender as organizações empresariais e demais usuários de serviços contábeis. Assim, desde 1975, a Fucri/Unesc oferta o Curso de Ciências Contábeis, oriundo da antiga Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas (ESCCA) reconhecido pela Portaria Ministerial nº. 198/1980.

O Curso promove a formação de um profissional qualificado para atuar em diversas áreas buscando sempre atender as necessidades e as mudanças decorrentes na profissão e da sociedade. Dispõe de infraestrutura de ponta e nível de excelência no ensino reconhecido em 2016 pelo Ministério da Edu-

cação com o conceito máximo (conceito 5) visto sua ação pautada no tripé indissociável das universidades: ensino, pesquisa e extensão.

A proposta curricular do Curso de Ciências Contábeis da Unesc está direcionada para a formação de profissionais com conhecimentos, habilidades, atitudes para atuar, com visão integrada, na área específica e/ou em outras. Assim, sua formação deve possibilitar o seguinte perfil do egresso:

- Domínio da Ciência da Contabilidade e suas técnicas, compatíveis com o exercício profissional;
- Compreender as questões científicas, técnicas, econômicas, financeiras, sociais e ambientais, em âmbito nacional e internacional;
- Ter visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- Conhecimento da tecnologia da informação para desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, com avaliação crítico analítica;
- Saber apresentar, transferir, receber e analisar informações;
- Saber expor e defender ponto de vista técnico-científico, sob a forma verbal, escrita ou visual;
- Ter capacidade de enfrentar desafios;
- Acompanhar e ser flexível às mudanças;
- Ser criativo no sentido de apresentar soluções alternativas;
- Relacionar-se com outros grupos, profissionais ou não;
- Exercer liderança;
- Saber ordenar e delegar tarefas em equipes multidisciplinares;
- Motivar e promover o desenvolvimento de seus colaboradores;
- Ser empreendedor com condições de relacionar-se com os diversos segmentos da sociedade;
- Agir com ética e responsabilidade social e assumir papel de agente transformador com pleno exercício profissional e de cidadania;
- Disposição para manter-se profissionalmente atualizado face às mudanças que, diariamente, afetam o mundo dos negócios e, via de regra, a atividade contábil, inclusive na aprendizagem de outros idiomas (UNESC, 2017).

No que tange ao ensino, várias metodologias são utilizadas para oportunizar ao futuro contador entender e interagir na profissão, como por exemplo,

o Projeto Indisciplinar Orientado (PIO), desenvolvido nas 4 fases iniciais do Curso e, também, a Semana de Práticas Específicas de Estágios (SPE), no qual compete aos alunos a vivência da prática da Contabilidade por meio de *softwares* de simulação empresarial. Na pesquisa, o Curso conta com dois grupos certificados pelo CNPq, o Núcleo de Estudos Contábeis (NECON) que tem por objetivo fomentar pesquisas de forma interdisciplinar em quatro áreas de atuação: Ensino e Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas; Contabilidade Gerencial; Gestão do Conhecimento; Terceiro Setor e Responsabilidade Socioambiental; e o Núcleo de Estudos em Gestão Organizacional (NEGEO) que possui como foco pesquisas empíricas, que buscam compreender as práticas de gestão das organizações e pesquisas teóricas que objetivam discutir a consolidação da ciência organizacional nas linhas: Controle de Evidenciação e Mensuração de Desempenho e de Valor. A produção dos GPs resultou na organização de quatro obras em formato *e-book* denominado Coleção Saberes Contábeis. Ademais conta com vários projetos de iniciação científica, concluídos e em andamento, que resultaram em artigos, resumos e capítulos de livros. Por incentivo da coordenação do Curso, os GPs organizam, semestralmente, a Mostra Científica de Projetos Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da Unesc com a exposição e apresentação de pôsteres contemplando os mais diversos temas relativos as Ciências Contábeis. Os trabalhos são frutos dos projetos de trabalho de conclusão de curso elaborados pelos estudantes da oitava fase.

No que diz respeito a Extensão Universitária, o Curso aprovou recentemente, juntamente a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão a constituição do Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC) que além de integrar as atividades realizadas pelo Curso criou novas demandas por meio de parcerias, como as realizadas com o Bairro da Juventude, Observatório Social de Criciúma e Morro da Fumaça e Empresas Juniores do *campus*, entre outras. Assim sendo, o Curso de Ciências Contábeis da Unesc ao completar seus 42 anos, no ano de 2017, trouxe consigo a ideia de elaborar seu primeiro Relatório Social. Com intuito dar transparência as suas ações, relatar sua história e métodos de ensino à comunidade acadêmica e demais interessados demonstrando sua contribuição para o desenvolvimento regional.

3. METODOLOGIA

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como qualitativa. De acordo com Martins e Theóphilo (2009), a pesquisa qualitativa é caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos, sem a necessidade do uso de métodos e técnicas estatísticas. Em relação aos objetivos, este estudo caracteriza-se como descritivo, pois, segundo Andrade (2010, p. 114) "os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles". Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa documental, pois faz-se uma análise do Projeto Político Pedagógico do Curso, nos documentos dos grupos de pesquisa e de extensão acerca dos eventos praticados pelo Curso no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Para Silva e Grigolo (2002) a pesquisa documental é uma técnica que consiste em selecionar, tratar e interpretar informações de documentos ou registros considerados científicos e, posteriormente, tentar extrair conclusões que possam ser úteis para o estudo. Ademais, o estudo classifica-se como *Survey*, o qual se caracteriza "pela interrogação direta de pessoas cujo comportamento se deseja conhecer" (GIL, 1999, p. 70). Neste estudo, busca-se avaliar a percepção dos estudantes das duas turmas da quarta fase do Curso de Ciências Contábeis da Unesc acerca do BS como um instrumento voltado à gestão universitária. A eleição desses estudantes para a realização da pesquisa deu-se em razão da disciplina Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social ser ministrada na quarta fase.

4. RESULTADOS

Tendo em vista que o objetivo geral deste estudo consiste em avaliar a percepção dos estudantes do Curso de Ciências Contábeis da Unesc acerca do Balanço Social como instrumento voltado à gestão universitária, buscou-se: a) identificar as etapas de elaboração do relatório social; b) identificar as ações sociais que o Curso realiza; c) verificar na opinião dos estudantes a importância da elaboração de relatório social com vistas a tornar público as ações de responsabilidade social.

a) Etapas de elaboração do Balanço Social

Baseado nos estudos de Lisboa e Ribeiro (1999); Iudícibus e Marion (2001), Tinoco e Kraemer (2011), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2008) e NBC T15, os seguintes resultados foram encontrados: as etapas para a elaboração do relatório social envolvem planejamento do trabalho e escolha do modelo a ser adotado; designação do grupo de trabalho interno e envolvimento das partes interessadas; coleta, tratamento e consolidação dos dados; elaboração e análise dos textos; verificação das informações e publicação e divulgação dos relatórios. Basicamente, os autores mencionam que o BS deve conter: mensagem do presidente, perfil do empreendimento, informações sobre a empresa, atividade empresarial, indicadores de desempenho econômico, social e ambiental e anexos. No que diz respeito à elaboração de BS voltado especificamente para IES, Mazzioni, Tinoco e Oliveira (2007) apontam a seguinte estrutura: apresentação da entidade; indicadores monetários; recursos humanos; indicadores acadêmicos; DVA; meio ambiente; ética, transparência e responsabilidade social; desenvolvimento de projetos futuros de impacto social e ambiental e outras informações relevantes.

b) Ações sociais realizadas pelo Curso de Ciências Contábeis da Unesc

Com intuito de atender a sua missão de "Formar profissionais competentes, com visão empreendedora e globalizada, comprometidos com o desenvolvimento sustentável nos aspectos econômico, social e ambiental", o Curso de Ciências Contábeis da Unesc oferece aos estudantes alguns diferenciais que oportunizam o desenvolvimento de competências para o exercício da profissão de modo a atender as demandas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental. A estrutura curricular contempla, além de outros, corpo docente composto por especialistas, mestres e doutores, Núcleo de Estudos Contábeis (NECON), Núcleo de Estudos em Gestão Organizacional (NEGEO), Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC), Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Processo Interdisciplinar Orientado (PIO), Estágios Supervisionados, Semana de Práticas Específicas de Estágio (SPE), Atividades de Formação Complementar (AFC), Atividades Práticas Específicas (APE) e Orientação Metodológica para TCC (OMT) com vistas à indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão (UNESC, 2017).

Assim sendo, o Curso realiza ações com intuito de proporcionar condições para alcançar o perfil desejado para o egresso, tais como: oportunizar o desenvolvimento de pesquisas científicas e incentivar a participação em eventos: a) trabalhar parte dos conteúdos disciplinares com atividades relacionadas à pesquisa bibliográfica e de campo; b) auxiliar na elaboração de projetos de iniciação científica e de extensão; c) incentivar o desenvolvimento do TCC e artigos científicos para publicação; e, d) motivar os estudantes a participar de eventos científicos na modalidade de comunicação oral e ouvinte. Oportunizar o desenvolvimento de competências: a) trabalhar conteúdos por meio de práticas de ensino de acordo com as tendências de mercado, das diretrizes curriculares nacionais e dos organismos internacionais; b) realizar pesquisas que apontem as competências exigidas pelo mercado de trabalho para os contadores visando adequar o processo de formação do aluno, e c) promover palestras com intuito de conscientizar o aluno da importância da contabilidade nas organizações.

Oportunizar o desenvolvimento de potencialidades humanas: a) realizar atividades de grupos e individuais e b) promover palestras e seminários de modo a estimular o aluno a tornar-se participativo, comunicativo, organizado, responsável, dinâmico, reflexivo e capaz de tomar decisões e liderar pessoas. Contribuir para a difusão da ética nos espaços educativos: a) estudar o código de ética do profissional de contabilidade; b) promover discussões sobre ética na profissão, responsabilidade profissional, social e ambiental; c) estimular a aquisição do Código de Ética do Contador; e d) inserir nos conteúdos curriculares temas referentes à inclusão social, direitos humanos, ética, cidadania, respeito à natureza e ao ser humano, visando à promoção da democracia e da justiça social (UNESC, 2017). Como referencial pedagógico o Curso conta com a Matriz Curricular n. 5, com carga horária total de 3.000 horas/relógio, em vigor desde o 2º semestre de 2009, atendendo os campos interligados de formação básica, profissional e teórico-prática, em consonância com a resolução n. 10/2004/CNE/CES. A figura 1 apresenta as disciplinas por áreas.

Figura 1 - Distribuição das disciplinas por áreas

ÁREAS	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3	ÁREA 4	ÁREA 5
	CONTABILIDADE GERAL	CONTABILIDADE DE GESTÃO	CONTABILIDADE DE TRIBUTOS	CONTABILIDADE DE FINANÇAS	CONTABILIDADE TRANSVERSAL
CONTEÚDOS / DISCIPLINAS/ATIVIDADES	Contabilidade Introdutória (I e II); Contabilidade Intermediária (I e II); Contabilidade Pública (I e II); Auditoria Contábil; Perícia, Investigação Contábil e Arbitragem; Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social; Teoria da Contabilidade; Ética e Legislação profissional; Estágios – Práticas Contábeis (II e III).	Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis (I e II); Contabilidade de Custos; Contabilidade e Análise de Custos; Contabilidade Orçamentária Empresarial; Contabilidade Gerencial; Contabilidade Avançada (I e II); Contabilidade e Governança Corporativa nas Empresas; Estágios – Práticas Contábeis (I e IV).	Contabilidade Tributária (I, II e III); Contabilidade e Legislação Trabalhista e Previdenciária; Contabilidade e Instituições de Direito Público e Privado; Contabilidade e Direito tributário Aplicado; Contabilidade e Direito empresarial.	Matemática Aplicada a Contabilidade; Estatística Aplicada a Contabilidade; Matemática Financeira; Economia; Análise Financeira de Investimentos; Contabilidade e Mercado de Capitais.	Estágio - Elaboração de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC; Produção e Interpretação de Textos; Metodologia Científica e da Pesquisa; Trabalho de Conclusão de Curso; Sociologia; Comportamento Organizacional; Optativa.
Nº de Disciplinas 44	13	11	7	6	7
Nº Créditos 180	50	44	28	22	36
Nº horas/aula 3.240	900	792	504	396	648
AFC 180	Atividades de Formação Complementar - AFC				
APE 120	Atividades Práticas Específicas - APE				
PIO SPE OMT	Atividades Interdisciplinares Orientadas - AIO				

Fonte: Unesc (2017).

Dentre as atividades de extensão, o Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC) tem por objetivo apoiar pessoas físicas de baixa renda, sociedades civis sem fins lucrativos e micro e pequenas empresas sem acesso às orientações básicas da contabilidade. Por intermédio do programa, o Curso pretende motivar ações e intervenções que estimulem a geração no ensino de abordagens teórico-metodológicas com atenção às Ciências Contábeis, como também se traduzam em elementos de reflexão, a partir de experiências empíricas na área, articulados com o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis e áreas afins. Dentre as ações de extensão do Curso destacam-se:

a) Trote Solidário: objetiva integrar os acadêmicos das primeiras fases visando promover a consciência social e solidária, a fim de fortalecer e consolidar as práticas educativas do curso.

b) Imposto de Renda na Praça: tem por intuito orientar os contribuintes do Imposto de Renda a elaborarem a declaração anual de forma a atender a legislação, visando o menor desembolso tributário possível. Ademais, busca orientar os doadores em potencial do Fundo para Infância e Adolescência, tanto pessoas físicas como jurídicas.

c) Imposto de Renda no *Campus*: o projeto contempla o ensino, pesquisa e extensão ao ensinar os estudantes a elaborar a Declaração anual do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) para, posteriormente, contribuir com a comunidade acadêmica no acesso à informação e orientação no preenchimento da declaração do IRPF, de forma que atendam a legislação, visando o menor desembolso tributário.

d) Contabilizando Saúde: o projeto tem por objetivo alertar os acadêmicos sobre a importância de uma vida saudável e da prática espiritual no cotidiano, colaborando para a melhoria da qualidade de vida.

e) Contabilizando Retrospectiva: tem como foco os formandos. Tal projeto consiste em evidenciar todos os momentos vivenciados pelos alunos durante sua estada na Universidade, desde a fase inicial.

f) Contabilizando Natal: objetiva integrar o corpo discente e docente do curso de Ciências Contábeis, como forma de promover a consciência social e solidária, a fim de fortalecer e consolidar as práticas educativas do curso.

g) Empresa Junior: busca fomentar o aprendizado prático dos estudantes na área de Ciências Contábeis.

h) Contabilidade Solidária: objetiva desenvolver uma proposta de controles financeiros e de estoques adequados à realidade das instituições sem fins lucrativos, com intuito de subsidiá-las no uso eficientes dos recursos.

i) Exposição Conhecer para Preservar: visa despertar a produção criativa a partir da realidade local e regional, possibilitando a construção de novos paradigmas para o pleno desenvolvimento de cidadãos socioambientalmente críticos e sensibilizar a comunidade quanto à importância da relação harmoniosa sociedade x natureza no processo de transformação e reconstrução do espaço geográfico.

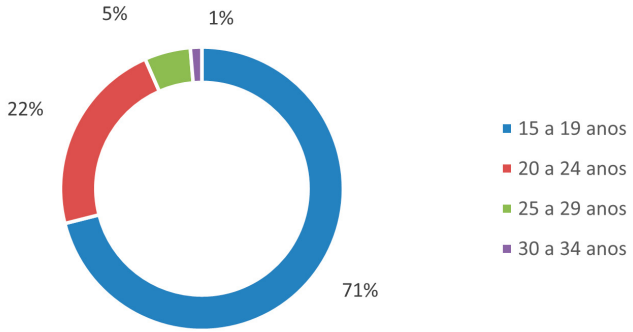
O curso dispõe, dentre as atividades de pesquisa, de dois grupos de pesquisas cadastrados no CNPq, o NECON e o NEGEO. As atividades do GP para 2016-2017 envolvem a proposta voltada para a elaboração de textos científicos sobre Metodologias ativas de aprendizagem na formação da autonomia dos estudantes de Ciências Contábeis. No ano de 2017, foram aprovados cinco projetos de PIBIC. São eles: 1) Análise da dinâmica entre tomadores e poupadores nas cooperativas de crédito. 2) Estudo do entorno socioambiental como insumo para o processo de ensino aprendizagem na disciplina Contabilidade

Ambiental. 3) Logística reversa: análise da produção científica brasileira. 4) Análise bibliométrica da produção científica sobre Contabilidade Gerencial Estratégica; 5) Mapeamento da utilização do orçamento empresarial como instrumento de decisão por organizações da região sul de Santa Catarina. Ademais, os GPs são responsáveis pela organização da Mostra Científica de Projetos Acadêmicos do Curso, que tem por objetivo incentivar a iniciação científica no curso de graduação em Ciências Contábeis da Unesc, por meio da exposição de pôsteres que divulgarão as pesquisas realizadas por acadêmicos de iniciação científica.

c) Percepção dos estudantes do Curso de Ciências Contábeis da Unesc sobre o BS como instrumento para a gestão universitária

Para verificar a percepção dos estudantes acerca da utilização do BS como instrumento para a gestão do Curso, realizou-se um questionário, contendo perguntas fechadas, aplicado com 76 acadêmicos da disciplina de Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, da quarta fase de Ciências Contábeis, turma 1 e 2. O questionário foi divido em três blocos, o primeiro buscava conhecer a idade e o gênero dos pesquisados, o segundo tratava acerca do conhecimento dos acadêmicos sobre o BS e sua importância nas empresas, e, por fim, o terceiro bloco pretendia averiguar a percepção dos estudantes sobre a elaboração de um relatório social para o Curso com vistas a tornar público à comunidade as ações de responsabilidade sociais desenvolvidas por meio do ensino, pesquisa e extensão.

Gráfico 1 - Estudantes por faixa etária



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

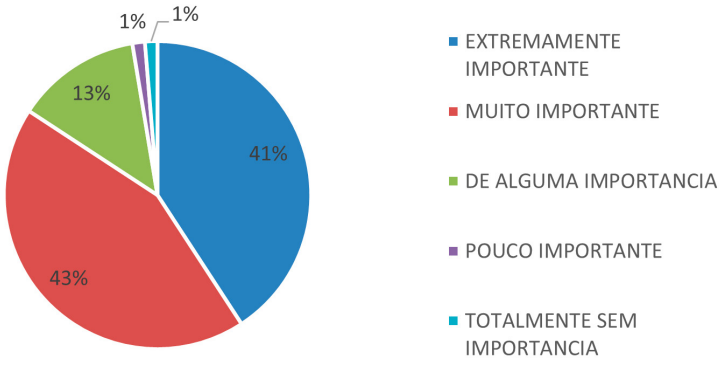
1º Bloco – Perfil dos estudantes

Dos pesquisados 29 estudantes eram do gênero masculino (38%) e 47 do gênero feminino (62%). No que diz respeito à faixa etária dos estudantes, a maior concentração de estudantes encontra-se faixa entre 15 e 19 anos (71%), conforme apresenta o gráfico 1.

2º Bloco – Conhecimento dos acadêmicos sobre o BS e sua importância nas empresas

Inicialmente, buscou-se identificar o grau do conhecimento em relação ao BS, além do aprendido em sala de aula. Dos respondentes, 88% afirmaram que desconheciam a demonstração social. No questionário foi solicitado ainda aos estudantes que externassem suas reações, utilizando o escalonamento tipo *Likert*, escolhendo uma opção dentre cinco apresentadas, indicando o quanto concordavam sobre a contribuição dos trabalhos desenvolvidos, conforme segue: extremamente importante, muito importante, alguma importância, pouco importante, totalmente importante. Quando questionados sobre a importância do BS para as empresas, 84% dos pesquisados consideraram o relatório de sustentabilidade extremamente importante ou muito importante, conforme demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2 - Importância do Balanço Social

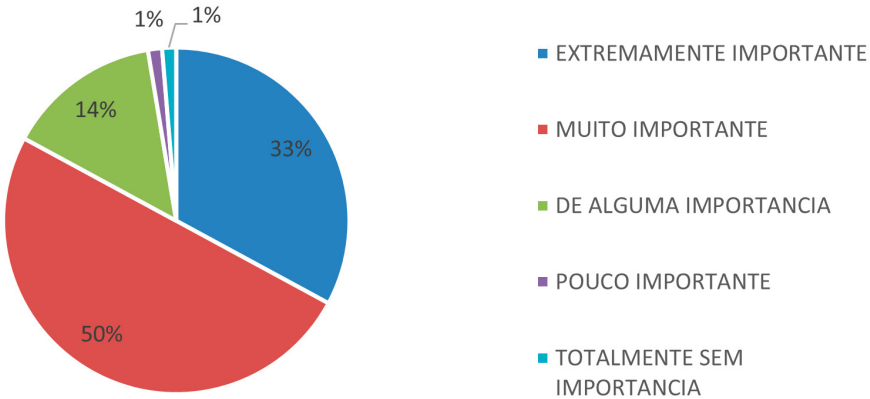


Fonte: Dados da pesquisa (2017).

3º Bloco - Percepção dos estudantes sobre a elaboração de um relatório social para o Curso

No terceiro bloco, foram estabelecidas perguntas relativas à utilização do Balanço Social em Instituições de Ensino Superior para divulgar ações realizadas. Dos entrevistados, 92% acreditam ser possível utilizar o modelo de BS para divulgar as ações realizadas por um curso de ensino superior. Foi solicitado que os estudantes apontassem o grau de importância desse relatório social para um curso de ensino superior. Dentre os acadêmicos, 50% acreditam ser muito importante para um curso de graduação divulgar suas ações de ensino, pesquisa e extensão por meio de um relatório social. O gráfico 3 apresenta os resultados.

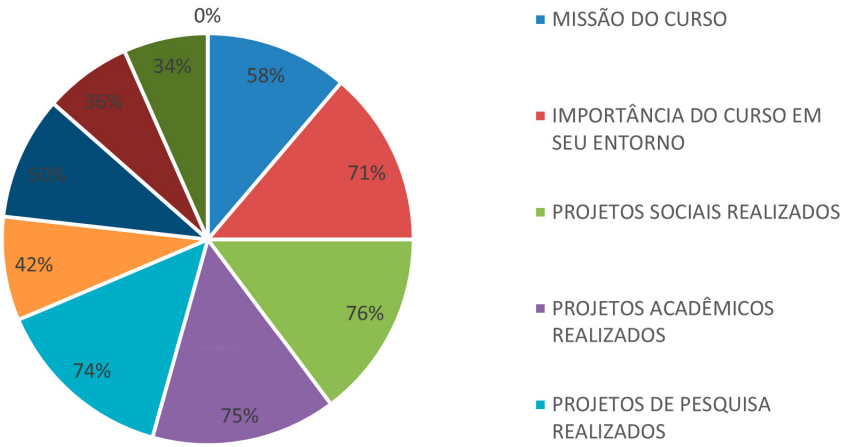
Gráfico 3 - Importância do BS para o Ensino Superior



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Outro questionamento envolveu especificamente o Curso de Ciências Contábeis da Unesc. Perguntou-se se os alunos acreditavam que as atividades de ensino, pesquisa e extensão poderiam ser retratadas para a comunidade acadêmica e externa, com maior propriedade, utilizando o modelo de um relatório social. Dos respondentes, 84% acreditam ser possível esta forma de divulgação. Foi solicitado ainda aos respondentes que elencassem, dentre algumas ações do curso, quais atividades consideravam importantes divulgar no relatório social. Grande parte dos estudantes indicou os projetos sociais (76%), acadêmicos (75%) e pesquisa (74%). Os resultados são apresentados no gráfico 4.

Gráfico 4 - Itens importantes para divulgação em relatório social



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

CONCLUSÃO

A Contabilidade Ambiental tem ampliado sua área de relevância nas empresas que buscam prestar contas para a sociedade sobre seus esforços socioambientais. O Balanço Social, enquanto relatório social, aparece como um demonstrativo gerencial contendo dados quali-quantitativos relativos às políticas administrativas e a relação da entidade e o ambiente em que está inserida. As Instituições de Ensino Superior, especialmente as universidades, encontraram no Balanço Social uma maneira de divulgar os resultados de suas práticas de ensino, pesquisa e extensão aos seus *stakeholders*. O Curso de Ciências Contábeis da Unesc, com missão voltada para a formação de profissionais competentes e com consciência social, ambiental e solidária, contemplando na matriz curricular, de modo pioneiro, disciplina específica voltada para a Contabilidade Ambiental e, por realizar diversas ações de forma indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, impõe-se tornar público à comunidade acadêmica e externa as ações de responsabilidade social praticadas. Na pesquisa realizada junto aos 76 estudantes da quarta fase, turma 1 e 2, da disciplina Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, os resultados apontam que apenas 12% dos estudantes tiveram conhecimento do

relatório de sustentabilidade antes da graduação; 92% acreditam ser possível utilizar o modelo de Balanço Social para divulgar as ações realizadas por um curso de ensino superior; das atividades que consideram importante divulgar no relatório social os estudantes indicaram os projetos sociais (76%), acadêmicos (75%) e pesquisa (74%) realizados pelo Curso. Desse modo, percebeu-se que o relatório de social pode evidenciar de forma clara e objetiva as ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo Curso de Ciências Contábeis.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

APOLINARIO, A. **Balanço social**: instrumento de gestão e de transparência da responsabilidade social corporativa. Disponível em: <http://monografias.brasilescola.uol.com.br/administracao-financas/balanco-social-instrumento-gestao-transparencia-responsabilidade.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

COSTA, C. A. G. **Contabilidade ambiental:** mensuração, evidenciação e transparência. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, M.; PFITSCHER, E. D.; GASPARETTO, V.; LIMONGI, B. Balanço Social: convergências e divergências entre os modelos do IBASE, GRI e Instituto ETHOS. *In*: **I Congresso UFSC de Controladoria e Finanças**, 2007, Florianópolis: UFSC, 2007. v. I. p. 25-29.

IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Balanço social**: o desafio da transparência. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/102804/BS_completo.pdf?sequence=7>. Acesso em: 17 ago. 2017.

IUDICIBUS, S. de. **Contabilidade comercial:** atualizado conforme lei n. 11.638/07 e MP 449/08-8. *In*: Demonstração do valor agregado, notas explicativas e outras evidenciações. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDICIBUS, S. de; MARION, J. C. **Dicionário de termos de contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2001.

KEINERT, T. M. M. **Organizações sustentáveis:** utopias e inovações. São Paulo: Annablume/FAPEMIG, 2007.

MARTINS, G. A; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAZZIONI, S.; TINOCO, J. E. P.; OLIVEIRA, A. B. S. **Proposta de um modelo de balanço social para fundações universitárias.** 2007. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/base/article/view/5613/2815>. Acesso: 20 ago. 2017.

MERLO, R.; PERTUZATTI, E. **Cidadania e responsabilidade social do contador como agente da conscientização tributária das empresas e da sociedade.** Chapecó (SC), 2005.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. **NBCT 15:** Informações de Natureza Social e Ambiental. Brasília, p. 15, 2006.

RIBEIRO, M. de S.; LISBOA, L. P. Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 115/99, p. 1-22, jan., 1999.

SILVA, M. B. de; GRIGOLO, T. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Edufsc, 2002.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TRINDADE, L.; BRONDANI, G. **A contabilidade e sua responsabilidade social.** Santa Maria (RS), 2005.

UNESC. **Projeto Político Pedagógico**. 2016. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/12693.pdf?1458163912>. Acesso em: 23 ago. 2017.

3 O PROGRAMA DE EXTENSÃO EM GESTÃO CONTÁBIL: OS PRIMEIROS PASSOS DE SUA TRAJETÓRIA

Carolina Citadin Milaneze
Anderson Corrêa Benfatto
Eduardo Tramontin Castanha
Júlia Pereira Constante
Maike Bordignon Mandelli
Dourival Giassi
Manoel Vilsonei Menegali
Milla Lúcia Ferreira Guimarães
Andréia Cittadin

1. INTRODUÇÃO

A extensão como componente fundamental do princípio da indissociabilidade do tripé universitário, ensino-pesquisa-extensão, busca principalmente o alargamento dos saberes advindo das atividades desenvolvidas em sala de aula com suas aplicações práticas na comunidade onde a Instituição de Ensino Superior (IES) se insere.

Com respaldo na Constituição Federal de 1988, denominada de Carta Cidadã, em seu artigo 207, nota-se a importância conferida a determinado eixo, uma vez que incentiva a melhora do processo de ensino-aprendizagem dos acadêmicos à medida que propicia o desenvolvimento da sociedade.

O elo criado entre universidade e comunidade ultrapassa as barreiras físicas da academia e proporciona a todos seus partícipes incontáveis benefícios. A expansão do conhecimento do aluno que encontra na extensão a oportunidade de exercer os ensinamentos adquiridos em aula; o compartilhamento constante entre professor e o público-alvo, no qual permite o aprimoramento dos saberes de ambos; a viabilidade da concretização da função social da universidade e; o empoderamento da sociedade e seu consequente desenvolvi-

mento.

Ciente da necessidade e dos proveitos de tal prática universitária, o curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), constituiu no final do ano de 2015 o Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC). Sua criação visou institucionalizar as atividades de extensão que já se realizavam e, principalmente, ampliá-las por meio de outras práticas extensionistas.

Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo apresentar as ações realizadas pelo Programa de Extensão em Gestão Contábil e os resultados obtidos. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: descrever o Programa; relatar as ações empreendidas com seu surgimento e; demonstrar os resultados obtidos. A pesquisa torna-se relevante uma vez que busca socializar as atividades realizadas e despertar nos estudantes e professores, sobretudo da área de contabilidade, a necessidade e importância das práticas extensionistas.

A difusão dos resultados possibilita a propagação das atividades e incentiva a prática em diferenciados locais e, consequentemente, a ampliação dos benefícios para demais pessoas e comunidades. Considerando esta seção introdutória, a pesquisa está dividida em cinco seções. Na segunda seção está compreendida a fundamentação teórica, na terceira apresentam-se os procedimentos metodológicos. A quarta seção expõe e apresenta a discussão dos resultados e, por fim, a quinta seção engloba as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A Extensão Universitária foi formalizada no ano de 1931, mediante o decreto n. 19.851, o qual estabelecia a extensão como organização fundamental da Instituição de Ensino Superior (IES). De acordo com a referida norma, a extensão se propunha a difundir conhecimentos científicos, filosóficos, artísticos e literários para aperfeiçoamento pessoal e geral por meio de cursos e conferências que objetivavam a solução de problemas sociais e a disseminação de ideias e princípios (BRASIL, 1931).

Nos anos 60 a Extensão passou por transformações. No início da década houve o surgimento das áreas de atuação da extensão e inaugurou-se um modelo extensionista fundamentado no desenvolvimento da comunidade (SÍVERES, 2009 *apud* SILVA *et al.*, 2011). Ao fim desse período, no ano de 1968,

em virtude da Reforma Universitária, criou-se a concepção de incorporar à extensão o compromisso social da IES, por meio de cursos e serviços que expandirão os frutos do ensino e da pesquisa à comunidade (BRASIL, 1968).

As mudanças históricas acontecidas no Brasil a partir do final da década de 70, como a consolidação dos movimentos sociais em virtude da inconformidade com o governo ditatorial, a redemocratização do país e a abertura da participação cidadã na política, eclodiram em uma atribuição maior às Universidades de suas funções sociais e políticas, incumbência ofertada necessariamente pela Extensão (GONÇALVES, 2015).

A Extensão Universitária apenas foi tratada igualmente no nível do Ensino e da Pesquisa no ano de 1980. Nesse momento, ela passou a ser considerada atividade acadêmica fundamental para a construção, fortalecimento e conservação das ações de cidadania e forma-se o tripé ensino-pesquisa-extensão (CABRAL, 2012). Ao final da década de 80, mais especificamente no ano de 1987, o conceito de Extensão Universitária é revisado, decorrente da criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Esse Fórum surgiu com o objetivo de institucionalizar a extensão – tanto nas atividades administrativas como na prática acadêmica – para aproximar os exercícios universitários com a realidade concreta e possibilitar a função social da universidade (FORPROEX, 1987). Diante disso, no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, cunhou-se um novo conceito de Extensão:

> A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (FORPROEX, 1987, p. 11).

Como visto, a Extensão passou a ser considerada um processo fundamental para vincular universidade-sociedade, na qual ambos os lados são beneficiados, pela transmissão do conhecimento e pela aplicação prática dos conhecimentos adquiridos na academia. Com as ações e os incentivos da

FORPROEX, o Ministério da Educação (MEC) criou, em 1993, o Programa Nacional de Extensão Universitária (PROEXT), plano que contempla diretrizes e finalidades, ações e metodologias a serem desenvolvidas e, inclusive, os critérios para apoio financeiro para a Extensão (FORPROEX, 2012).

Ressalta-se a elaboração do Plano Nacional de Extensão (PNE) desenvolvido e aprovado pela FORPROEX e publicado em 1999, que fortaleceu a institucionalização da Extensão. Esse plano visa a extensão como interventora dos problemas sociais, a viabilidade de suas soluções, a legitimação da Extensão pelo Poder Público como concepção para uma Universidade Cidadã, entre outras questões (FORPROEX, 2012). Mais recentemente, foram dois os marcos da Extensão. O primeiro consiste na consolidação da institucionalização da temática extensionistas, principalmente conferida pelo PNE 2001-2010 que estabeleceu como meta a reserva de no mínimo 10% do total de créditos obrigatórios da graduação para a atuação dos acadêmicos em ações extensionistas. O segundo diz respeito à importância dada pelo Governo Federal à temática, por meio de investimentos e programas, como o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE) e o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) (FORPROEX, 2012). O processo histórico transcorrido pela Extensão demonstra sua importância e relevância no contexto universitário e, especialmente, em âmbito social, sendo a principal forma de diálogo entre ambos. À medida que a extensão universitária torna-se cada vez mais necessária e produtiva, ela encontra mais espaço nas universidades e na sociedade e se solidifica no tripé: ensino-pesquisa-extensão.

3. METODOLOGIA

O estudo está delimitado em uma abordagem qualitativa que, conforme Richardson (2008) se caracteriza pela percepção dos significados e das características das situações apresentadas sem utilizar instrumentos estatísticos para tanto.

A pesquisa enquadra-se como descritiva, uma vez que objetiva relatar as ações desenvolvidas pelo Programa de Extensão em Gestão Contábil e os resultados obtidos. Para Pinheiro (2010), a pesquisa descritiva consiste na descrição das características das especificidades da população ou fenômeno

como também no detalhamento das relações entre variáveis.

Quanto aos procedimentos, elaborou-se pesquisa documental, em virtude da utilização das Políticas de Extensão da Unesc, dos relatórios dos Programas e Projetos da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas e do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da Unesc. A pesquisa documental tem como base materiais que fazem referência ao objetivo da pesquisa (SILVA; GRIGOLO, 2002).

Realizou-se também pesquisa participante que, de acordo com Gil (2002), é caracterizada pela relação entre os pesquisadores e os participantes das situações objeto de estudo.

4. EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO

Nesta seção, descreve-se o Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC), apresenta-se as ações de extensão promovidas pelo Programa e os desdobramentos da *práxis* extensionista.

4.1 A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE EXTENSÃO EM GESTÃO CONTÁBIL

Viabilizar a formação de profissionais competentes, dinâmicos e empreendedores, como cidadãos participantes e responsáveis pela promoção do desenvolvimento sustentável da região, em seus aspectos econômico, social e ambiental é o objetivo do Curso de Ciências Contábeis da Unesc. Para isso, emprega seus esforços com o ensejo de possibilitar a formação de profissionais com raciocínio lógico, crítico e analítico para solucionar problemas da área da contabilidade e despertá-los para a construção de conhecimentos nos mais variados ambientes de trabalho. Busca ainda propiciar uma formação profissional provida de características como: comunicação, liderança, trabalho em equipe, além de outras competências necessárias para formar um profissional apto a atender as mais variadas demandas do mercado de trabalho.

O Curso de Ciências Contábeis entende que a Extensão Universitária é requisito fundamental para o cumprimento de seus objetivos. Diante disso, até o ano de 2015, o Curso realizava ações pontuais de extensão, a saber: Imposto de Renda na Praça, Contabilizando Saúde e Contabilizando Natal. Além disso,

professores e estudantes participavam de forma isolada em outros projetos extensionistas da Universidade, como por exemplo, do Programa de Orientação ao Pequeno Empreendedor (POPE) e do Programa de Ações em Economia Solidária (PAES). Entretanto, esses programas, apesar de desenvolverem projetos alinhados às competências do profissional de contabilidade, não possuem maior identidade com a área contábil. Contudo, para formação integral do bacharel em Ciências Contábeis é preciso que os estudantes adentrem na dimensão prática por meio do exercício da profissão e principalmente inserindo-o na realidade social.

Nesse contexto, por meio do desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso, em sintonia com os debates do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Contábeis e da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas (UNACSA), elaborou-se a proposta de um Programa de Extensão que compreende as especificidades do Curso de Ciências Contábeis e o perfil desejado do egresso. Por meio de uma reunião com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação Pesquisa e Extensão (PROPEX) e com a UNACSA, no mês de dezembro do ano de 2015, foi apresentada a proposta do Programa de Extensão em Gestão Contábil. Aprovada de imediato, incumbiu-se a UNACSA e a coordenação do Curso de Ciências Contábeis de darem condições para a sustentabilidade do Programa.

Em fevereiro de 2016, por meio da portaria n. 1/2016/UNACSA, foi empossada a coordenação do PEGC. A professora coordenadora do Programa possui Mestrado em Contabilidade com dedicação exclusiva à universidade, dispondo de 4 horas aula para desenvolver as atividades do Programa, tendo ainda o auxílio de uma aluna bolsista do curso de Ciências Contábeis. O objetivo geral do PEGC consiste em prestar apoio a pessoas físicas de baixa renda, sociedades civis sem fins lucrativos e micro e pequenas empresas sem acesso às orientações básicas da contabilidade. O Programa tem os seguintes objetivos específicos:

- Promover debates participativos, organizados por professores e estudantes dos Cursos da UNACSA e outros cursos afins da Unesc, sobre as temáticas propostas nos projetos de extensão;
- Unir as questões de cidadania com a prática pedagógica do Curso;
- Oportunizar capacitação diferenciada aos estudantes do Curso de

Ciências Contábeis e demais cursos da UNACSA;

- Estreitar relacionamento com instituições, tais como: CRC/SC – Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, empresas prestadoras de serviços de contabilidade da região, contadores de entidades de natureza pública e/ou privada, Receita Federal do Brasil e outros órgãos de governo, em todas as suas esferas;
- Buscar parcerias com outras instituições a fim de captar recursos externos ao Programa;
- Identificar demandas individuais e coletivas para ampliar a atuação do programa na Universidade e fora dela; e
- Divulgar os resultados das práticas extensionistas.

Dentre as temáticas que podem ser abordadas pelo Programa, com base na Política Nacional de Extensão Universitária, tem-se as seguintes: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. Considerando o público-alvo do Programa, o PEGC se propõe a apresentar projetos e ações pertinentes às áreas temáticas expostas no quadro 1:

Quadro 1 - Áreas temáticas que envolvem os projetos e ações do PEGC

Área Temática	Denominação	Definição
Principal	Tecnologia e Produção	Transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; polos tecnológicos; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de ciências e tecnologia; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de propriedade e patentes.
Secundária	Trabalho	Reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas do trabalho; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho.

Fonte: Adaptado do Plano Nacional de Extensão Universitária (2015).

Diante do exposto, o PEGC tem por finalidade o fortalecimento do vínculo entre teoria e as práticas do exercício profissional, proporcionando aprendi-

zado prático por meio do contato direto com a realidade social local.

Atualmente, o Programa abrange dois projetos, estes submetidos e aprovados por meio do edital n. 22/2015/UNACSA, aberto em dezembro de 2015, com período de execução entre fevereiro de 2016 e março de 2018. São eles:

a) **Planejamento e controle de custos para formação do preço justo de vendas,** com objetivo de desenvolver metodologia que oportunize a gestão de custos e formação do preço de venda justo aos empreendimentos participantes da Feira da Economia Solidária da Unesc; e,

b) **Programa de assessoria e consultoria contábil e organização das associações de pais e professores - APPs da rede pública municipal**, com o objetivo de apoiar, por meio de orientação, assessoria e consultoria contábil às APPs da rede pública municipal de Siderópolis-SC.

Ambos os projetos receberam apoio financeiro da Universidade no valor de R$ 4.000,00 para o período de dois anos. As atividades de cada projeto abrangem 4 horas semanais para professores e duas bolsas de estudos, cada uma de 20 horas semanais. Também há possibilidade do programa receber contribuições de professores e estudantes voluntários, estes receberão certificados de extensão que poderão ser utilizados para cômputo de horas de Atividades de Formação Complementar (AFC).

4.2 AS AÇÕES DO PEGC

O Programa de Extensão em Gestão Contábil inaugurou suas atividades com a ação "Imposto de Renda na Praça" em abril de 2016. O evento, que é realizado em parceria com a coordenação do Curso de Ciências Contábeis, visa o esclarecimento das dúvidas da comunidade acerca do preenchimento da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Para o desenvolvimento dessa ação, uma estrutura é preparada na Praça Nereu Ramos, localizada no centro do município de Criciúma-SC, para receber os transeuntes. O evento acontece anualmente no mês de abril, em razão da data limite para envio da declaração, e considerando apenas as últimas 4 edições do projeto foram realizadas mais de 200 atendimentos.

Além da orientação aos cidadãos sobre o correto preenchimento da declaração, o evento visa incentivar os contribuintes para doarem parte do imposto

devido ao Fundo para Infância e Adolescência (FIA) fundo destinado ao fomento dos projetos sociais voltados aos jovens do município.

Em 2017, em sua 7ª edição, o projeto passou por uma modificação. Além da orientação na Praça Nereu Ramos, a ação também foi realizada no *campus* da Unesc. Os atendimentos foram efetuados pelos próprios acadêmicos da 8ª fase do curso sob a supervisão de professores.

Outra ação incentivada pelo PEGC foi a ação de extensão "Exposição Conhecer para Preservar", proposta na disciplina de Contabilidade, Meio ambiente e Responsabilidade Social da 4ª fase do Curso de Ciências Contábeis e realizada semestralmente.

A exposição tenciona-se a incitar nos acadêmicos e no público participante a visão crítica sobre a responsabilidade social e ambiental nas corporações. Questões com grande destaque nacional são abrangidas por meio de recursos didáticos e atrativos a fim de impactar os participantes e demonstrar a importância dessas temáticas no exercício da profissão de contador.

Com o intuito de socializar os saberes adquiridos e desenvolvidos na disciplina de Elaboração de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, o PEGC juntamente com os grupos de pesquisa do curso, NECON (Núcleo de Estudos Contábeis) e NEGEO (Núcleo de Estudos em Gestão Organizacional) organizaram o Projeto Mostra Científica de Projetos Acadêmicos de Ciências Contábeis.

No evento, que no segundo semestre de 2017 estará na 4ª edição, as pesquisas elaboradas pelos acadêmicos da 8ª fase do Curso são divulgadas à comunidade interna e externa o que possibilita a troca de conhecimentos e diálogos entre os expositores dos trabalhos e o público ouvinte.

Outro projeto abrangido pelo PEGC é o intitulado de "Contabilidade Solidária", que tem como público-alvo as entidades sem fins lucrativos da região, e objetiva a apresentação de propostas para controles financeiros e de estoque dessas instituições. A ação está relacionada a dois outros projetos da Universidade desenvolvidas na 3ª fase do Curso de Ciências Contábeis da Universidade: Projeto Solidariedade e Atividade Prática Específica (APE) das disciplinas Sociologia e Contabilidade Intermediária I, respectivamente.

Por meio de uma demanda gerada pela própria comunidade, o PEGC, no segundo semestre de 2016, realizou o "2º Minicurso de Capacitação de Gestão

de Centros Acadêmicos (CA)", com o propósito de capacitar atuais e futuros estudantes-gestores das entidades estudantis. A ação ocorreu em associação com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Unesc.

Em 2017, em seu segundo ano de existência, o PEGC firmou parceria com outras três instituições para o desenvolvimento das ações de extensão: Bairro da Juventude, Observatório Social de Criciúma e Empresas Juniores da Unesc.

O Projeto "Ciclo de Investimento Social" surgiu pela parceria com o Bairro da Juventude e visa impulsionar as doações ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA) por meio do incentivo fiscal conferido aos contribuintes do Imposto de Renda. As atividades desse projeto foram divididas em dois momentos: primeiramente, tendo como público-alvo as pessoas jurídicas, isto é, contadores e empresários da região de Criciúma e, num segundo momento, destinadas às pessoas físicas contribuintes do Imposto de Renda.

Atualmente, a ação está na primeira etapa, na qual o público-alvo são as Pessoas Jurídicas (PJ). Para atingir o objetivo do projeto, estão sendo utilizadas duas metodologias: elaboração de cartilha e a realização de Painel de Debate sobre a temática. A cartilha – em fase de impressão – apresenta os benefícios gerados aos envolvidos e à região, o tutorial técnico para a efetivação do incentivo fiscal conferido aos contribuintes-doadores e tem como principal foco o ciclo de investimento social, isto é, a permanência dos recursos devidos do Imposto de Renda no município, o que colabora com a movimentação da economia e o fomento de projetos sociais locais.

A cartilha será lançada em outubro de 2017, durante a Semana Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis, momento também que será realizado o Painel de Debate. Os painelistas serão os representantes de cada instituição integrante do Ciclo de Investimento Social, sendo elas: empresa doadora ao FIA, contador, Secretaria da Receita Federal, Prefeitura e entidade beneficiada pelo FIA. O evento visa conscientizar os contadores, empresários e acadêmicos do Curso, dos benefícios e a importância da doação ao Fundo para a Infância e Adolescência, de modo a contribuir para o desenvolvimento social da região.

A recente parceria com o Observatório Social de Criciúma foi firmada com o intuito de examinar as demonstrações financeiras e contábeis do poder público do município. São vários os benefícios gerados com essa cooperação, de um lado os alunos que colocarão em prática os conhecimentos adquiridos

nas disciplinas acerca da área pública; de outro, os cidadãos que contarão com uma maior análise das contas divulgadas e melhor aplicação dos recursos ao evitar possíveis fraudes ou erros nas informações.

Por fim, a demanda das Empresas Juniores da Unesc – que, por meio do PEGC, solicitaram orientação sobre aspectos contábeis e legais acerca da regularização da constituição e manutenção das entidades – foi suprida com a viabilização da Empresa Junior própria do Curso de Ciências Contábeis – a Procont, ainda em processo de implantação.

4.3 DESDOBRAMENTOS DA *PRÁXIS* DE EXTENSÃO

Nota-se que, apesar de sua recente criação, com pouco mais de um ano e meio de existência, o Programa de Extensão em Gestão Contábil já empreendeu variadas ações e pretende enraizar a Extensão Universitária no Curso de Ciências Contábeis da Unesc.

Com suas ações direcionadas às pessoas físicas de baixa renda, entidades sem fins lucrativos, micro e pequenas empresas, isto é, não se fixando a um público específico, possibilita uma gama maior de pessoas a serem assistidas. Portanto, o diálogo entre comunidade e universidade por meio do PEGC é multifacetado e permite maiores perspectivas de mudanças do contexto social.

Cada atividade realizada, no decorrer do tempo, demonstrou a possibilidade e a necessidade de se consolidar, com a sua introdução no calendário do Curso, tendo em vista a renovação constante do público e o impacto promovido. Fato corroborado pelo depoimento da representante de uma entidade sem fins lucrativos (ESFL) de Criciúma sobre o projeto "Imposto de Renda na Praça":

> O projeto é uma enorme contribuição para o FIA (Fundo para a Infância e Adolescência), pois conscientiza as pessoas, criando uma cultura de participação cidadã ao destinar o recurso para um projeto aqui do município. É fundamental que os contadores sejam formados como participantes do processo, uma vez que são elementos essenciais na captação dos recursos. O projeto potencializa a formação de um contador consciente, que direcione a empresa para que os recursos permaneçam no município (REPRESEN-

TANTE ESFL).

Observa-se, portanto, a contribuição para formação de um profissional inserido e atento à realidade local e participante ativo nas relações sociais. Resultado também verificado no Projeto "Contabilidade Solidária", no qual os estudantes passam a compreender as vivências de entidades sem fins lucrativos e têm a possibilidade de fazer intervenções para transformá-la ao propor práticas de organização financeira e de controles.

Além disso, constatam-se outros dois benefícios gerados pela criação do PEGC: a variedade de temas abordados e a consequente interdisciplinaridade das ações. Por meio de exposições, debates, minicursos, capacitações, painéis, mostras, o PEGC abrangeu em suas atividades os mais variados tipos de temas: ambiental, social, tributário, gerencial, financeiro, político, científico, econômico, assuntos que tratados de forma simultânea nas ações possibilitaram ao acadêmico observar a vinculação dos conteúdos estudados em sala de aula.

À vista disso, verifica-se que o Programa de Extensão em Gestão Contábil cumpre com o propósito ao qual a Extensão se destina: ser uma via de mão dupla, tendo de um lado a comunidade acadêmica que encontra uma forma da prática dos saberes teóricos, e de outro a sociedade que é impactada com as transformações sociais realizadas e retribui à universidade com conhecimentos complementares.

CONCLUSÃO

A fim de aproximar docentes e discentes com a sociedade e oportunizar a troca de conhecimentos, o Curso de Ciências Contábeis instituiu o Programa de Extensão em Gestão Contábil, que tem como público-alvo as pessoas de baixa renda, as entidades sem fins lucrativos e as micro e pequenas empresas sem acesso às orientações básicas da Contabilidade.

Apesar do pouco tempo de constituição, o PEGC desenvolveu atividades expressivas na busca da construção do elo entre universidade e comunidade. Nota-se que as ações Imposto de Renda na Praça, Exposição Conhecer para Preservar, Mostra Científica de Projetos Acadêmicos de Ciências Contábeis,

Contabilidade Solidária, entre outras, foram essenciais ao alcance dos objetivos do fazer Extensão Universitária, no âmbito das Ciências Contábeis.

Verifica-se ainda o alinhamento da Extensão praticada pelo Curso com os demais fazeres acadêmicos – ensino e pesquisa – e não de maneira isolada e distante. Além disso, mediante o contato com as disciplinas do Curso de Ciências Contábeis da Unesc, a interdisciplinaridade faz-se visível nas ações empreendidas pelo Programa.

O PEGC proporcionou aos docentes a oportunidade de concretizar o diálogo ensino-pesquisa-extensão e de trabalhar de forma interdisciplinar e, aos discentes, a abertura para o aprimoramento da formação profissional, para o exercício da cidadania e a compreensão da realidade social e sua possível transformação.

Entretanto, conscientes do longo caminho a ser percorrido pelo Programa de Extensão em Gestão Contábil para transformá-lo referência em Extensão Universitária na área da Contabilidade, torna-se necessário cooptar novos professores e estudantes engajados com tal finalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. **Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 16 ago. 2017.

CABRAL, N. C. **Saberes em extensão universitária**: contradições, tensões, desafios e desassossegos. 2012. 259 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

FORPROEX, **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Belo Horizonte: Coopmed, 1987.

FORPROEX XXXI, **Política Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Coordenação Nacional do FORPROEX. Manaus: Imprensa Universitária, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVEZ, N. G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Revista Perspectiva**, Florianópolis v. 33, n. 3, p. 1229-1256, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/3716 2>. Acesso em: 16 ago. 2017.

PINHEIRO, J. M. dos S. **Da iniciação científica ao TCC**: uma abordagem para os cursos de tecnologia. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2010.

PLANO NACIONAL EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Renex**: Coleção Extensão Universitária FORPROEX, v. 1. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, A. R. **A contribuição da Extensão na formação do estudante universitário**. 2011. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2011.

SILVA, M. B.; GRIGOLO, T. M. **Metodologia para iniciação científica a prática da pesquisa e da extensão II.** Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.

HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO

4 A ELABORAÇÃO DE CONCEITOS MATEMÁTICOS COM ESTUDANTES DO SÉTIMO ANO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O PROCESSO EXPERIENCIAL DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA

Alyne Catarina[5]
Bruno Duarte da Silva[6]
Fatima Victoria Hlebania[7]
Elisa Netto Zanette[8]

1. INTRODUÇÃO

A Educação Matemática, historicamente, constitui-se uma área que envolve a Matemática enquanto conhecimento científico e o estudo dos processos pedagógicos de ensino e aprendizagem que possibilitam a apropriação desse conhecimento pelos estudantes. A necessidade de compreender como ocorre o processo de ensino e aprendizagem de conceitos matemáticos a partir dos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural direcionou o presente estudo.

Como integrantes do PIBID/Unesc, subprojeto Matemática, várias ações têm sido desenvolvidas pelos pibidianos, com o acompanhamento dos professores-coordenadores e supervisores, no intuito de contribuir para a formação inicial para a docência, dos acadêmicos de Licenciatura em Matemática integrantes do projeto. O estudo da Teoria Histórico-Cultural e as possibilidades didáticas de elaboração dos conceitos matemáticos integram estas ações. Como parte das atividades pibidianas, os acadêmicos participam, semestralmente, do projeto de experienciar no processo de docência, que é supervisionado pelo professor da escola de educação básica participante.

---

5 PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência/Capes, Curso de Matemática, UNAHCE, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma-SC.

6 PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência/Capes, Curso de Matemática, UNAHCE, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma-SC.

7 PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência/Capes, EMEF Erico Nonnenmacher, Criciúma-SC.

8 Projeto PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência/Capes, Curso de Matemática, UNAHCE, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma-SC.

Nesse contexto, o presente estudo foi organizado com o objetivo de vivenciar o processo experiencial de ensino-aprendizagem dos conceitos matemáticos de unidades de medida, relacionando-as ao conceito de perímetro e área, na Teoria Histórico-Cultural. A escolha dos temas de estudo ocorreu a partir da observação das dificuldades dos alunos na escola, durante as atividades pibidianas de acompanhamento das aulas.

Para atingir o objetivo, foram propostas e desenvolvidas diversas ações, dentre as quais destacam-se: estudo teórico sobre o processo de ensino e aprendizagem na Teoria Histórico-Cultural; leitura, análise e síntese do artigo de Damazio *et al.* (2014), que promove uma análise reflexiva de elaboração de conceitos matemáticos a partir do estudo em painéis decorativos de pastilhas de azulejo, como resultado de pesquisas do GPEMAHC/Unesc; elaboração das atividades para a proposta de aula, que foi adaptada a partir das tarefas propostas por Damazio *et al.* (2014). As situações de aprendizagem propostas possibilitaram adequações para situações de ensino referentes aos conceitos matemáticos de unidades de medida, perímetro e área.

Fundamentou-se teoricamente, a partir de Damazio *et al.* (2014), Saviani (2013), Peres e Freitas (2014), Rosa (2012) e na Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina (2014). Apresentam-se a seguir, os fundamentos teóricos, a metodologia adotada, as discussões, os resultados e as conclusões preliminares.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Matemática é a área de conhecimento que utiliza, além da ciência Matemática, diferentes campos ligados à educação, como a sociologia, a psicologia e a pedagogia, que investiga relações entre o ensino e a aprendizagem no âmbito das escolas, onde o professor atua como mediador, segundo Miguel *et al.* (2004). Nesse contexto, a sociologia esclarece como ocorre a interdependência entre ciência e sociedade e sua influência na formação dos indivíduos. A psicologia auxilia na compreensão dos aspectos relacionados ao desenvolvimento do indivíduo, aos modelos teóricos para análise do conhecimento nos processos de ensino e aprendizagem.

Miguel *et al.* (2004, p. 92) enfatiza "o estabelecimento da concepção de que a matemática não é um conjunto de objetos que suportam tratamentos distin-

tos, mas um conjunto de práticas sociais determinadas exatamente por esses tratamentos aos supostos 'objetos matemáticos'". Para Gomes e Souza (2016), a busca por respostas sobre como se aprende e como se ensina matemática, por professores e pesquisadores, vem consolidando a Educação Matemática como um campo científico e profissional, que lhe atribui autonomia, mas também permite agregar a contribuição de várias áreas do conhecimento.

No campo da pesquisa em educação matemática no Brasil, é notória a busca de professores e pesquisadores, por assegurar que os alunos se apropriem dos conhecimentos científicos. Segundo Saviani (2013), é papel da educação tornar o ser humano contemporâneo à sua época por meio da apropriação do conjunto cultural acumulado historicamente.

Por isso, mudanças no ensino da matemática vêm sendo buscadas à longa data, por meio de reformas educacionais (PERES e FREITAS, 2014). Nesse contexto, a área da Geometria é uma das que mais necessita dessas reformas. As grandezas são o elemento central do processo de formação do pensamento teórico da Matemática, segundo Rosa (2012, p. 85). As relações entre elas são o elemento essencial geral dos conceitos matemáticos. Estas são destacadas 'nos objetos físicos', o que permite a familiarização da criança 'com suas propriedades fundamentais' (ROSA, 2012, p. 86 *apud* DAVYDOV, 1982, p. 431). Sendo assim, o professor deve criar condições didáticas para colocar os alunos em ação investigativa, para que identifiquem as determinações internas e externas dos conceitos, mediadas pela relação com os objetos.

Com base nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, Peres e Freitas (2014) afirmam que, "o ensino é forma privilegiada para promoção do desenvolvimento do pensamento e da personalidade dos estudantes, por meio de mudanças qualitativas em sua atividade mental, em sua forma de pensamento". Compete ao professor, responsável pelas relações e articulações no fazer pedagógico, fazer as escolhas inerentes ao processo educativo que, na abordagem histórico-cultural, têm por finalidade permitir aos sujeitos a ampliação das objetivações humanas, de forma que as vivências com os diferentes elementos culturais possibilite vivenciar modos de ser e estar no mundo (SC/SEE, 2014, p. 22).

Passos (2007) propõe a utilização de recursos de apoio nas atividades de ensino, pelas relações estabelecidas ao experimentar e refletir acerca do ma-

terial manipulativo. Entretanto, apenas o uso não é eficaz no processo de ensino e de aprendizagem. No âmbito da Geometria, a utilização de material manipulativo pode contribuir na visão plana e espacial dos entes geométricos. Segundo Martins (2008), historicamente, o ensino de Geometria era visto como sem importância por parte de alguns professores, o que justifica a falta de conhecimento de muitos alunos sobre os entes básicos desta área de conhecimento matemático. Por isso, a importância de investigar metodologias e materiais que possibilitem a melhoria do processo de ensino dos conceitos geométricos na abordagem da Teoria Histórico-Cultural.

Lopes e Marco (2015) enfatizam a relevância das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a Educação Matemática, a partir das pesquisas desenvolvidas nesse âmbito. Destacam também a importância no desenvolvimento do pensamento teórico dos futuros professores a partir do papel desempenhado pelo professor formador na universidade. Portanto, faz-se necessário a criação e manutenção de um espaço diferenciado para a formação de professores no âmbito das instituições de ensino superior. A temática sobre a necessidade da qualificação na formação docente inicial integra políticas, debates e reflexões nos diferentes âmbitos educacionais no Brasil. Nesse contexto, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) se constitui como uma ação conjunta do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Ensino Superior (SESU), e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Dentre as suas finalidades constam o fomento à iniciação à docência e a melhoria na sua qualificação.

Assim, um dos principais objetivos desse programa é promover ações de incentivo à formação de docentes em nível superior para a educação básica, elevando, dessa forma, a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura e promovendo a integração entre educação superior e educação básica. Vale ressaltar que o projeto contribui para a articulação entre teoria e prática, tão necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura. Uma característica a se destacar é que o programa aproxima o licenciando da realidade na qual ele será inserido (a escola pública), o que como consequência fortalece a tríade escola de educação básica, professor universitário e licenciandos (FIGUEIREDO *et al.*, 2015).

3. METODOLOGIA

O presente estudo se constitui em um relato de experiência. Com base nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural. Como citam Peres e Freitas (2014), o ensino é a forma privilegiada para promover o desenvolvimento do pensamento e da personalidade dos estudantes. Isso ocorre por meio de mudanças qualitativas em sua atividade mental, em sua forma de pensamento. Seguindo seus ideais para o desenvolvimento desta pesquisa, adotou-se como procedimento o método qualitativo para a análise das ações dos alunos no desenvolvimento das atividades, a fim de possibilitar essas mudanças no campo de ensino voltadas à aprendizagem por meio da formação de conceitos.

Na vivência pibidiana no processo de ensino e aprendizagem em situação escolar, como parte integrante das ações do PIBID, abordou-se os conceitos matemáticos de unidades de medida, utilizados na apropriação dos conceitos de perímetro e área, a partir dos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, ocorreu no primeiro semestre de 2017. Participaram dos estudos os pibidianos e os estudantes do sétimo ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Érico Nonnenmacher, de Criciúma-SC, integrante do projeto PIBID. Foram utilizados como material de apoio potes, pastilhas de azulejos, papel, lápis, caneta e três sólidos geométricos: cubo, cilindro e paralelepípedo.

As atividades pibidianas são organizadas em estudo teórico no Laboratório de Matemática da Unesc. São desenvolvidas também proposições de situações de aprendizagem, organizadas e executadas pelos pibidianos, nas escolas de Educação Básica. Durante o semestre, ocorre a observação da *práxis* pedagógica do professor supervisor na Escola, com pequenas intervenções dos acadêmicos. Assim, as atividades de estudo no presente trabalho foram organizadas em etapas teóricas e práticas.

Os resultados do estudo foram socializados e debatidos em seminário interno com a participação de todos os pibidianos do subprojeto Matemática, com a mediação dos professores-coordenadores e supervisores.

A partir dos debates e reflexões ocorridos na atividade de trabalho pibidiano na Unesc, foi elaborada a proposição das atividades para a proposta de aula, que foi adaptada a partir das tarefas sugeridas por Damazio *et al.* (2014). Na última etapa, a proposta foi executada na escola pelos pibidianos,

com o acompanhamento do professor-supervisor. Com a coleta dos dados da pesquisa, efetuou-se a análise dos mesmos, a partir dos fundamentos teóricos estudados.

4. EXPERIÊNCIA DE ENSINO

A experiência de ensino ocorreu no primeiro semestre de 2017, a partir do processo vivenciado de iniciação à docência, no ensino-aprendizagem dos conceitos matemáticos de unidades de medida, relacionando-as ao conceito de perímetro e área. O desafio constitui-se em propor e implementar situações de aprendizagem para que os alunos possam se apropriar de conceitos acerca de área e perímetro de figuras planas, integrando o ensino desenvolvimental de Davydov, à luz da Teoria Histórico-Cultural, no âmbito da Educação Matemática. Buscou-se identificar por meio de uma sequência de atividades, as contribuições que esta integração proporciona na internalização de conceitos matemáticos.

Como parte das ações do subprojeto PIBID/Matemática, durante um período de três meses de aula, acompanhou-se os alunos em sala, auxiliando o professor-supervisor, observando e intervindo quando necessário a partir das dificuldades dos alunos. O auxílio dos bolsistas é de extrema importância no processo de ensino aprendizagem. Esse contato com a realidade em sala de aula melhor prepara os futuros professores para o ambiente escolar que encontrarão (CAPES, 2008). Paralelamente, eram desenvolvidas na Universidade atividades de estudo, debates e reflexões teóricas sobre as propostas de aula e o planejamento de uma atividade a ser aplicada no final do semestre.

Para isso, estabeleceu-se como uma das metas a serem cumpridas a estruturação de uma sequência de atividades e tarefas, com o objetivo de auxiliar os alunos na elaboração do conceito estudado. As atividades deveriam ser elaboradas de forma a contribuir na promoção de uma mudança nas ações mentais dos alunos, no modo de pensar e analisar os conceitos estudados.

Para o planejamento e a execução da atividade de aula investigou-se a partir das pesquisas socializada pelo GPEMAHC, compreender o processo de ensino e aprendizagem de matemática na teoria em estudo. Dentre as linhas de pesquisa, o grupo estuda as possibilidades didáticas para apropriação de

conceitos matemáticos. A proposição das tarefas para a atividade de aula foi adaptada a partir das tarefas propostas por Damazio *et al*. (2014), que promove uma análise reflexiva a partir das possibilidades didáticas em painéis decorativos de pastilhas de azulejo, como elemento didático mediador de atividades de ensino e estudo no processo de apropriação de conceitos matemáticos. As reflexões desencadeiam um processo que analisa e sintetiza a apropriação de um sistema de conceitos matemáticos em situação escolar. Assim, foram definidos como temas a serem desenvolvidos na escola o conceito de unidade de medida, perímetro e área com a utilização de painéis na forma de malha quadriculada.

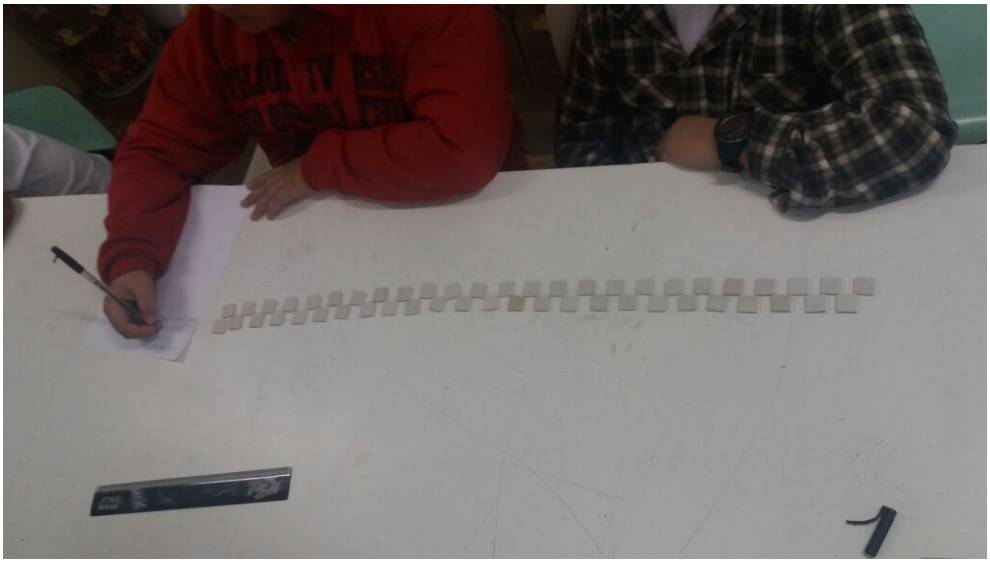
Os resultados do estudo foram socializados e debatidos em seminário interno no Laboratório de Matemática da Unesc, com a participação de todos os pibidianos do subprojeto Matemática, com a mediação dos professores coordenadores e supervisores. Os debates e reflexões ocorridos nesta atividade ampliaram a compreensão da abordagem adotada e propiciaram a avaliação e ajustes nas propostas sugeridas. Evidencia-se que a articulação entre teoria e prática, necessárias à formação dos docentes, amplia a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura (CAPES, 2008).

O desenvolvimento da proposta de atividade de aula elaborada pelos pibidianos possibilita a aproximação do mesmo à realidade profissional ao qual ele será inserido. Os estudantes do sétimo ano da EMEF Érico Nonnenmacher, de Criciúma-SC, já estavam familiarizados com os pibidianos, que semanalmente desenvolviam atividades de observação e intervenção na sala de aula. As atividades planejadas se iniciaram com a apresentação dos ministrantes pibidianos, que justificaram o porquê da aplicação. Antes de iniciar a primeira tarefa proposta, os estudantes agruparam-se em seis equipes, contendo três ou quatro integrantes. Foi entregue a cada equipe um recipiente contendo cinquenta pastilhas de azulejo. Os ministrantes informaram que as mesmas deveriam ser utilizadas como unidade de medida básica.

Na primeira tarefa era requerida a construção de uma figura com o maior perímetro possível, a partir das pastilhas de azulejo. Os ministrantes esclareceram que, por se tratar de perímetro, a unidade de medida básica seria o lado da pastilha. Uma das equipes compreendeu a relação de disposição das pastilhas de azulejo, na formação do maior perímetro possível (figura 1), sendo

este duzentas unidades de medida de comprimento. Após esta equipe realizar a tarefa com sucesso, as demais também conseguiram concluir a mesma.

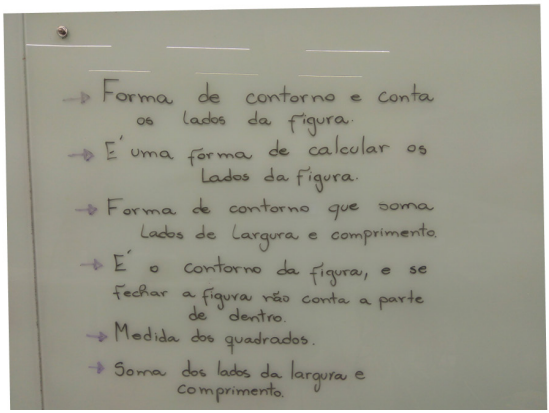
Figura 1 - Representação do maior perímetro possível com as pastilhas



Fonte: Produção dos autores (2017).

É importante experimentar e refletir acerca do material manipulativo como cita Passos (2007) – por isso a escolha das pastilhas de azulejos no desenvolvimento da oficina. Entretanto, usá-los apenas não é eficaz no processo de ensino e de aprendizagem. Isso ficou evidente na realização dessa tarefa, pois os alunos apenas manipularam os azulejos e como consequências não se observou a apropriação do conceito de perímetro. Para suprir esta necessidade foi proposta a segunda tarefa. Os ministrantes apresentaram aos estudantes um *slide* que continha um exemplo de como encontrar o perímetro que compõe uma figura. Para isso, foi utilizado o recurso do computador com projetor eletrônico. O material de apoio havia sido planejado e continha os elementos teóricos previstos à atividade de aula. Logo após, foi solicitado aos grupos que desenvolvessem um conceito que julgassem válido para a definição de perímetro (figura 2).

Figura 2 - Definição de perímetro por equipe



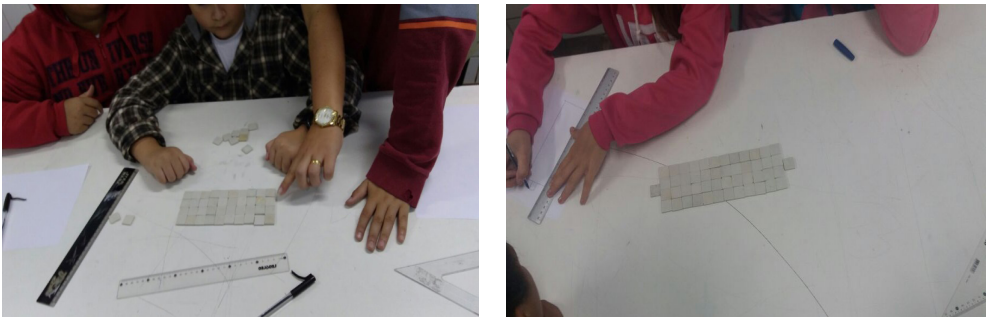
Fonte: Produção dos autores (2017).

Nas definições apresentadas, percebeu-se que os estudantes não compreenderam o conceito de perímetro. Assim, os ministrantes exemplificaram o mesmo com figuras distintas o que colocou os estudantes em atividade investigativa. Para concluir a tarefa, foi apresentado um conceito geral de perímetro baseado nas ideias de Rosa (2012): "O perímetro é o contorno de uma figura, construído a partir da Grandeza Comprimento". Na tarefa seguinte foi solicitado aos alunos que construíssem uma figura com a maior área possível. O esperado nesse momento era que os mesmos compreendessem que, independente da disposição dos azulejos, a área seria sempre a mesma: cinquenta unidades de medida de área (quantidade de azulejos que foi entregue aos estudantes).

Em um primeiro momento, diferentes figuras foram formadas. Os estudantes, porém, não se preocupavam em formar uma figura com a área preenchida pelos azulejos. Muitos formavam apenas o contorno da figura. Nesse caso, ao considerar o centro não preenchido por azulejos, os estudantes mostraram que não compreenderam a necessidade do uso das pastilhas como unidade de medida. Sendo assim, foi necessária a interferência dos ministrantes fixando que a área a ser medida deveria ser formada inteiramente por pastilhas de azulejo. Evidencia-se assim, a importância do papel docente, responsável pelas relações e articulações no fazer pedagógico e na mediação do processo de aprendizagem dos alunos (SC/SEE, 2014). Com a interferência, os estudantes

passaram a formar outras figuras, agora com a área inteiramente formada por azulejos (figura 3).

Figura 3 - Construção da maior área.



Fonte: Produção dos autores (2017)

A compreensão esperada da disposição dos azulejos se deu de forma lenta, porém, assim que uma das equipes percebeu que mudar a disposição não alteraria a área da figura, os demais seguiram o mesmo raciocínio. O resultado levou mais tempo que o esperado. Por se tratar de alunos do sétimo ano, imaginava-se que o processo de compreensão seria mais fácil e por consequência mais rápido.

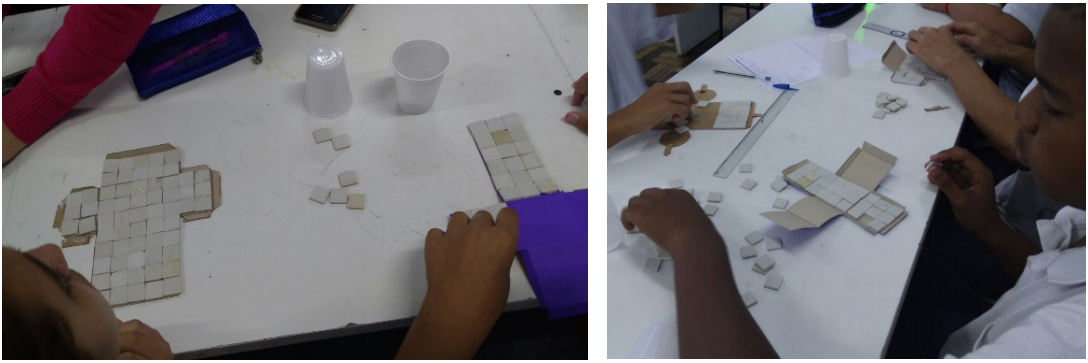
Isso torna visível a defasagem no aprendizado da Geometria no Ensino Fundamental I. Alguns alunos já haviam tido "contato" com a geometria. Outros, porém, vindos de turmas de diferentes professores, informaram não ter esse conhecimento. Isso, segundo Martins (2008), dá-se em razão de que a Geometria era vista como sem importância por parte de alguns professores. Por isso, era ensinada de maneira a demonstrar os teoremas, deixando a interpretação das propriedades das figuras geométricas de lado. Outro motivo, ainda segundo a autora, é que os conteúdos de Geometria geralmente estão no final do livro didático. Isso prejudica a aprendizagem, levando-se em consideração que o tempo das aulas de Matemática não é suficiente para chegar aos conteúdos presentes no final do livro.

Porém, não se deve compreender o erro do aluno como algo apenas negativo. Segundo Santos (2014), é de fundamental importância que o professor considere o erro do aluno como um conhecimento inadequado, porém sig-

nificativo. Dessa forma, poderá investir em outros procedimentos de ensino que levem o aluno a compreender, o conceito científico abordado. Da mesma forma que na atividade de perímetro, solicitou-se aos estudantes que escrevessem o conceito que entenderam sobre área. A maioria definiu como sendo "a superfície da figura". Um dos grupos se equivocou dizendo que era a "superfície do azulejo" e não a figura formada por ele. Com o intuito de esclarecer esse equívoco e também para que o entendimento se tornasse mais visível, alguns exemplos foram expostos.

Posteriormente, a grandeza área foi definida com base em Rosa (2014) como: "A face de regiões delimitadas por linhas fechadas (quebradas ou curvas) e duas dimensões: comprimento da largura e da altura. O que estabelece a superfície das figuras planas". Na sequência das atividades de aula, foram entregues mais cem pastilhas e três sólidos geométricos a cada grupo, sendo estes: cubo, cilindro e paralelepípedo. O objetivo desta tarefa era que os estudantes planificassem os sólidos e sobrepusessem os mesmos com as pastilhas disponíveis (figura 4). Em sequência, deveriam anotar em uma tabela, pré-estabelecida, as medidas de área e perímetro da planificação desses sólidos. Foi informado que a base do cilindro não faria parte desta tarefa.

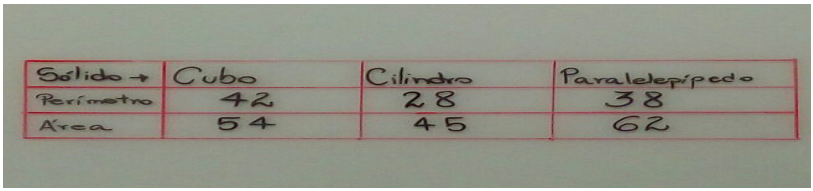
Figura 4 - Sobreposição da planificação dos sólidos



Fonte: Produção dos autores (2017)

Os diferentes sólidos entregues às equipes possuíam as mesmas medidas. Com o intuito de conferir os resultados, um integrante de cada equipe foi convidado a ir ao quadro completar uma lacuna da tabela (figura 5).

Figura 5 - Construção de tabela

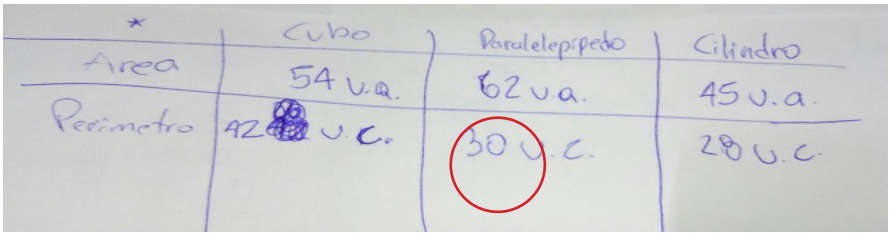


Sólido →	Cubo	Cilindro	Paralelepípedo
Perímetro	42	28	38
Área	54	45	62

Fonte: Produção dos autores (2017).

Percebeu-se que alguns estudantes não haviam compreendido realmente o conceito de perímetro e, por isso, não contavam os dois lados do azulejo que ficavam na extremidade da figura (figura 6).

Figura 6 - Tabela com equívoco na resposta



*	Cubo	Paralelepípedo	Cilindro
Área	54 u.a.	62 u.a.	45 u.a.
Perímetro	42 u.c.	30 u.c.	28 u.c.

Fonte: Produção dos autores (2017).

Foi necessária a interferência dos ministrantes, dando exemplos e explicações mais detalhadas, a fim de melhor elaborar o conceito. Nesse momento, os ministrantes preocuparam-se em não definir o perímetro como "a soma de todos os lados", pois, segundo Santos (2014), esta definição ocasiona um obstáculo verbal. Ainda segundo a autora, essa que seria uma "falsa explicação obtida com a ajuda de uma palavra explicativa" pode bloquear uma reformulação necessária, além de se tratar de um erro conceitual, pois perímetro é a soma das medidas dos lados.

Para a introdução da grandeza volume, foi proposto aos alunos que preenchessem o cubo (figura 7), anteriormente planificado, com as pastilhas de azulejos. A intenção era que os estudantes concluíssem que esta grandeza se trata do volume e da capacidade de um sólido. A tarefa não era propósito de estudo, entretanto, foi desenvolvida com a finalidade de instigar nos mesmos, a reflexão acerca do significado do cálculo do volume de um paralelepípedo

qualquer. O objetivo era que os estudantes compreendessem que o resultado do cálculo aritmético era o mesmo do cálculo objetal com o uso das pastilhas, sendo elas agora a unidade de volume.

Figura 7 - Preenchimento do cubo com as pastilhas

Fonte: Produção dos autores (2017).

O término da oficina foi estabelecido com o cumprimento de todas as atividades propostas. Os pibidianos agradeceram a participação de todos, desde a comissão diretiva da escola aos estudantes pela oportunidade de vivenciar o processo de docência.

CONCLUSÃO

A Educação Matemática é o campo do conhecimento que integra um conjunto de práticas sociais determinadas, no processo de ensinar e aprender os conceitos científicos matemáticos. No âmbito da geometria, com base nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, as grandezas se constituem em elemento central do processo de formação do pensamento teórico. A partir delas se estabelece os conceitos científicos de perímetro, área e volume.

O professor, em situação escolar, deve criar condições didáticas que promovam no aluno o movimento investigativo, de forma que identifiquem as determinações internas e externas dos conceitos, mediadas pela relação com os objetos. Responsável pelas relações e articulações na prática pedagógica no fazer pedagógico, suas escolhas devem possibilitar aos sujeitos a ampliação das objeti-

vações humanas. Para isso, faz-se necessário o desenvolvimento do pensamento teórico dos futuros professores, no contexto da universidade e da escola em que atua no processo de iniciação à docência. O PIBID cumpre as suas finalidades no fomento à iniciação à docência e à melhoria na sua qualificação.

No contexto do estudo de unidade de medida e a sua relação com a elaboração do conceito de perímetro e área, observou-se que o conteúdo abordado, mesmo sendo definido como o elemento central do processo de formação do pensamento teórico da Matemática, tem sido deixado de lado e por muitas vezes esquecido no processo de ensino aprendizagem. Observa-se com preocupação que os pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, que subsidia a Proposta Curricular do estado de Santa Catarina e da cidade de Criciúma, não são colocados em prática nas escolas.

Compreende-se que, a formação dos pibidianos no contexto de iniciação à docência seria ampliada com a efetiva aplicação de práticas pedagógicas na teoria em estudo, da mesma forma que estaria contribuindo no desenvolvimento do pensamento matemático dos alunos atendidos. Nesse sentido, enfatiza-se a importância dos estudos com base nos fundamentos da teoria citada anteriormente. O aluno deve ser sempre o centro do processo educacional e por isso todas as práticas devem contemplar o seu desenvolvimento.

Vale ressaltar ainda que a atividade de aula não teve apenas momentos de sucesso. Porém, deve-se levar em conta que as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem da matemática existem e devem ser sempre questionadas e analisadas, objetivando a otimização no processo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. C. *et al*. **Contribuições do Pibid para a formação Docente**: A perspectiva das bolsistas de Licenciatura em Pedagogia/UNEB. In: IV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade". São Cristóvão-SE/Brasil. Set. 2012.

CAPES. **PIBID**: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. 2008. Disponível em: <https://goo.gl/OVNSjE>. Acesso em: 9 jun. 2017.

DAMAZIO, A. *et al*. **Possibilidades didáticas para apropriação de conceitos matemáticos:** uma análise a partir de painéis decorativos. Anais do VI Simpósio sobre Formação de Professores. Tubarão: Unisul, 2014.

FIGUEIREDO, O. A. *et al*. **A contribuição do Pibid na formação de professores**: um relato de experiência. In: V ENID - Encontro de Iniciação a Docência da UEPB. 2015.

GOMES, C.; SOUZA, V. L. T. **O PIBID e a mediação na configuração de sentidos sobre a docência.** *In*: Psicologia Escolar e Educacional, SP. v. 20, n. 1, jan./abr. 2016: 147-156. Disponível em: <https://goo.gl/eGWU2L>. Acesso em: 18 ago 2017.

LOPES, A. R. L. V.; MARCO, F. F. Pesquisa em Educação Matemática e Psicologia Histórico-Cultural: Alguns Apontamentos. *In*: Educação Matemática e Pesquisa. São Paulo, v. 17, n. 3, p. 456-471, 2015. Edição Especial - III Fórum de Discussão: Parâmetros Balizadores da Pesquisa em Educação Matemática no Brasil. Disponível em: <https://goo.gl/uVnJZ7>. Acesso em: 8 jul. 2017.

MARTINS, L. F. **Motivando o ensino da Geometria**. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma. 2008. *In*: IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão-SE / Brasil. set. 2012.

MIGUEL, A. *et al*. **A educação matemática**: breve histórico, ações implementadas e questões sobre sua disciplinarização. Revista Brasileira de Educação, [online], n. 27, p. 70-93, 2004. ISSN 1413-2478. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a05.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

PASSOS, C. L. B. *et al*. **Laboratório de ensino de matemática na atuação e na formação inicial de professores de matemática**. 2007. Disponível em: <https://goo.gl/M8FNAT>. Acesso em: 12 maio 2017.

PERES, T. C.; FREITAS, R. A. M. M. Ensino Desenvolvimental: uma alternativa para a educação matemática. **POIÉSIS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**. Unisul, Tubarão, v. esp., p. 10-28, jan./jun. 2014.

ROSA, J. E. **Proposições de Davydov para o ensino de Matemática no primeiro ano escolar:** inter-relações dos sistemas de significações numéricas. 2012 (Tese de Doutorado). Curitiba: UFPR, 2012.

SANTOS, J. A. S. **Problemas de ensino e aprendizagem em perímetro e área de figuras planas**. REVEMAT. Florianópolis (SC), v. 9, n. 1, p. 224-238, 2014.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica, as lutas de classe e a educação escolar**. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v5i2.9697>. Acesso em: 10 abr. 2017.

SC/SEE Santa Catarina, Governo do Estado, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** formação integral na educação básica. Florianópolis: Estado de Santa Catarina-SEE, 2014. 192 p. Disponível em: <www.propostacurricular.sed.sec.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2017.

5 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM RELATO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA

Beatriz Teixeira Back
Aline Dagostin Spillere
Patrícia Tavares Nichele
Gislene Camargo

1. INTRODUÇÃO

A amarelinha alfabética foi uma brincadeira que se originou da sequência didática proposta pela professora supervisora, com o tema "alfabeto". Que surgiu da necessidade que as crianças tinham de conhecer as letras do alfabeto. Esse tema foi destinado às crianças da Educação Infantil da escola Padre Paulo Petruzzellis, localizada no Município de Criciúma - SC. Por meio desta temática, procuramos fazer um projeto com brincadeiras lúdicas diversas com as letras que compõem o alfabeto. Dentre tantas brincadeiras, surgiu "a amarelinha do alfabeto", uma das brincadeiras criadas por nós bolsistas do PIBID, que teve grande destaque no processo de ensino-aprendizagem das crianças.

Por meio das nossas observações enquanto explorávamos o projeto proposto, percebemos o quanto essas brincadeiras são significantes na vida das crianças, principalmente quando se está fora da sala de aula. Sabe-se que a criança tem necessidade de brincar no seu processo de desenvolvimento e quando conseguimos trazer a brincadeira com a aprendizagem, a brincadeira não se torna só lúdica, mas significante. Com o propósito de não só brincar, mas aprender com essas vivências, é importante trabalharmos o alfabeto na Educação Infantil, pois por meio do alfabeto, a criança vai se alfabetizando e aprendendo a interpretar o mundo. Com isso, compreendemos que os pedagogos precisam ter esse olhar diferenciado para as crianças, buscando algo atrativo e ao mesmo tempo significante, contribuindo assim para o seu processo de alfabetização e letramento.

No entanto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), relatam que as instituições têm o dever de acompanhar e orientar os/as pedagogos/as para a realização de atividades, isso é de dever de todos para poder desenvolver seus planejamentos baseando-se em referenciais teóricos, assessorando-nos na realização de brincadeiras e avaliação das crianças. Capacitando-os também, para uma prática consciente e significante para o desenvolvimento pedagógico, tornando-nos assim sujeitos críticos.

Portanto, destacamos que a brincadeira "A amarelinha do alfabeto", apresentada enquanto brincadeira para as crianças, possibilitou por meio de letras aleatórias que compõem o alfabeto, desafiar as crianças a relacioná-las com uma palavra que contém a inicial da letra. Nesse sentido, ao brincar, as crianças puderam fazer relações com letras e palavras.

Tivemos como objetivos específicos: identificar as letras que compõem o alfabeto; analisar as palavras formadas pelas crianças a partir de uma letra do alfabeto; verificar qual a importância do brincar na Educação Infantil por meio das atividades propostas. Buscou-se nesta pesquisa articular a teoria e a prática pedagógica na Educação Infantil, servindo de base para outras pesquisas e nos auxiliando no planejamento e percepções dos futuros pedagogos(as) por meio dos referenciais nos quais nos baseamos para a conclusão desta pesquisa.

2. ALFABETIZAÇÃO E A BRINCADEIRA: É POSSÍVEL APRENDER?

A alfabetização, independentemente do método utilizado, exige um caminho a ser perseguido e metas para alcançar esse caminho. Porém, não se pode negar que há métodos ineficientes, que mesmo acompanhados de planejamentos e metas não conseguem atingir o objetivo final com rapidez e eficiência. Um fator bastante relevante para essa ineficiência é a alfabetização sem contexto, ou seja, uma alfabetização que descarta a função social da escrita e da leitura, acarretando dessa forma em analfabetismo funcional. Não obstante, quando é tomado um tratamento dialógico da língua escrita, quando se percebe a palavra escrita como um diálogo interativo entre os homens, a linguagem e a alfabetização seguem outros caminhos.

Segundo Colello (2014, p. 5), "[...] a linguagem é transformadora dos sujeitos na medida em que eles se colocam na corrente comunicativa, consti-

tuindo-se como locutores e interlocutores, assumindo papéis e posturas". Por esse motivo a linguagem na Educação Infantil é tão importante, pois quando inserimos as crianças no processo de alfabetização, tudo se torna mais fácil no aprendizado, assumindo assim esse papel de aprender individualmente e o compromisso de ser protagonista de sua história.

No entanto, nós, professores, precisamos estar preparados para os conteúdos que são problematizados pelos alunos. Quando surgem as dúvidas das crianças sabemos que é porque há interesse de aprender e conhecer o assunto abordado o que auxiliará no seu processo de ensino-aprendizagem.

Como ressalta Kleiman (2002, p. 101):

> O trabalho pedagógico pode e deve chegar à observação e decomposição de elementos do texto (palavras, sílabas) como um dos meios de sistematização e memorização do código. Entretanto, ao se adotar a concepção de prática social da escrita no ensino, essa sistematização decorre de práticas de leitura coletiva e colaborativa que visam à ação individual do aluno, que busca a função e o uso dos textos lidos.

Por essa razão, fica claro que a alfabetização precisa ser indissociável de um contexto social, para que a função social da escrita e da leitura se concretize, e para que o sujeito se coloque como locutor e interlocutor diante das palavras – palavras essas que são mais do que simplesmente códigos e símbolos. Nesse sentido, quando falamos da alfabetização como um processo de linguagem, falamos da necessidade de ser escrita e letrada para aquele que ensina e aprende.

Com isso, Kleiman afirma a importância de compreender a leitura para o nosso cotidiano e o quão isso nos tornará sujeitos críticos construindo assim vários saberes.

> Na concepção que enfatiza a dimensão social dos usos da língua se considera que o domínio das letras pelo aluno corresponde apenas aos aspectos de instrumentação. E, quando o aluno conhecer as funções sociais dos textos escritos, perceberá mais facilmente a necessidade de adquirir o código para poder ler e escrever independentemente; ou seja, ele conseguirá encontrar funções que tornem valiosa a aquisição desse instrumento (KLEIMAN, 2002, p. 103).

Os métodos socioconstrutivistas de alfabetização destacam a importância desse vínculo com o contexto social, unida com as práticas de letramento.

> Na abordagem socioconstrutivista do processo de ensino/aprendizado, ênfase é dada ao trabalho com a leitura como atribuição do sentido ao texto e às atividades de sistematização de conhecimentos sobre a escritura e, desse modo, a alfabetização e o letramento constituem um todo indissociável (MICOTTI, 2014, p. 17).

Quando a alfabetização é tratada como um processo particular, baseado na mera decodificação de símbolos, a leitura constitui-se como uma atividade passiva, de sujeitos não críticos, aumentando assim o índice de analfabetismo funcional. Contudo, quando esse processo é vinculado com a prática de letramento, a passividade dá lugar a criticidade. Esta criticidade deve ser o objetivo mesmo da educação, por isso que, é de extrema importância que a alfabetização e o letramento sejam indissociáveis.

Além do mais, considerando a alfabetização e o letramento processos dialógicos e interativos, é fundamental e eficaz utilizar-se da brincadeira e do lúdico para executar o ensino-aprendizado. Pois "a criança desenvolve-se, essencialmente, através da atividade de brinquedo" (VYGOTSKY, 1995, p. 69).

Quando a prática pedagógica utiliza a brincadeira e o jogo, o aprendizado se torna mais fácil, inclusive quando se trata de alfabetização. Segundo Galvão (1995, p. 72) "[...] para Wallon, a imitação é uma forma de atividade que revela, de maneira incontestável, as origens motoras do ato mental". Para a teoria walloniana, o movimento e o aprendizado estão intimamente relacionados, de forma que, o movimento estimula e facilita a aprendizagem. Por isso que, um ensino arcaico, fundamentado em uma educação bancária, pode ser tão ineficaz.

Como coloca Vygotsky (1995, p. 67) "[...] as maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brinquedo, aquisições que no futuro tornar-se-ão seu nível básico de ação real e moralidade". Portanto, a união do lúdico com o aprendizado é extremamente importante, e principalmente, eficaz.

A criança precisa do brinquedo e do jogo para desenvolver-se, e consequentemente, precisa de interação social.

> O jogo pode configurar-se numa situação de aprendizagem infantil em que o desenvolvimento pode alcançar níveis mais complexos devido à possibi-

> lidade de interação entre os pares numa situação imaginária e pela negociação de regras de convivência e de conteúdos temáticos. Enquanto ações humanas, o jogo e a brincadeira são também construção de significados. Promovem conquistas cognitivas, envolvem emoção e afetividade, além de estabelecerem e romperem laços que permitem maior compreensão da dinâmica interna das relações entre as pessoas em um determinado contexto (FANTIN, 2000, p. 87).

A aprendizagem torna-se mais fácil quando é acompanhada da brincadeira, pois envolve emoção, interação e afetividade. Não obstante, a concretização dessa aprendizagem não se dá simplesmente para obter resultados de objetivos previamente estabelecidos, mas para a construção de um conhecimento, que se constrói na interação com o outro.

3. METODOLOGIA

Nesse contexto, a pesquisa problematizará o percurso de legislação educacional em nível municipal (Criciúma-SC), no que diz respeito às questões de Alfabetização e Letramento na Educação Infantil. Por conseguinte, reunindo conceitos dos pesquisadores da área para agregar a discussão de uma pesquisa bibliográfica, às observações e intervenções. Essa pesquisa tem caráter descritivo das informações de dados detalhados, através das experiências das pibidianas. O PIBID Pedagogia/Unesc atua na escola Padre Paulo Petruzzellis da Rede Municipal de Criciúma-SC, com uma turma de 25 crianças de 4 e 5 anos de idade. A atividade apresentada surgiu por meio de um diagnóstico, no qual se percebeu a necessidade que as crianças tinham em reconhecer as letras do alfabeto. Essa intervenção foi feita por meio da brincadeira, sendo que os eixos das DCNEI são as interações e as brincadeiras.

Dentre todas as atividades desenvolvidas, uma se destacou: "A amarelinha do alfabeto", em que a atividade foi elaborada pelas pibidianas e desenvolvida no pátio do colégio, onde se deu a construção das crianças para iniciar a brincadeira. Com o uso de giz escolar, desenhamos quadrados conforme uma tradicional amarelinha. Dentro dos quadrados as crianças escreveram letras do alfabeto aleatoriamente. Nesse contexto, iniciou-se a brincadeira.

As crianças jogavam pequenas almofadas, com o objetivo de cair dentro de um dos quadrados, e com isso iam pulando conforme a ordem dos quadrados até chegar na letra onde caiu a almofada e assim cumprindo a regra de falar uma palavra referente a letra que estava dentro do quadrado, finalizando sua participação e dando vez ao próximo jogador.

Este projeto foi finalizado em forma de um relato de experiência, para ser utilizado como compreensão do tema abordado, aprimorando as práticas pedagógicas e provocando reflexões sobre o olhar pedagógico referente ao tema alfabetização e letramento, e as implicações do lúdico e das brincadeiras nesse processo.

CONCLUSÃO

À vista de tudo o que foi exposto, conclui-se que a brincadeira é de importância singular para a concretização da aprendizagem na Educação Infantil, já que a criança possui a necessidade de brincar para se desenvolver. Através da experiência do PIBID, em que se utilizou do lúdico para trabalhar o alfabeto com crianças de 4 e 5 anos, observou-se que as mesmas puderam concretizar o objetivo da atividade que foi realizada, formando a partir de letras, palavras que estavam presentes em seu cotidiano, evidenciando a importância do letramento, que deve estar atrelado ao processo e a atividades de alfabetização. Essa experiência agregou muito para nós enquanto pibidianas e futuras pedagogas, pois nos mostrou que muitas crianças da Educação Infantil possuem dificuldades motoras, e que não conhecem, ou sabem brincar de amarelinha, uma brincadeira que é considerada bastante comum entre infâncias de várias épocas. Além disso, nos fez enxergar a realidade das crianças, e arranjar um meio para inseri-las no contexto em que se encontravam. Diante desses desafios, tivemos que pensar em estratégias para melhor executarmos a atividade, o que acabou acarretando em um crescimento em nível de experiência e, principalmente, de conhecimento, auxiliando em nossas atuais e futuras práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

COLELLO, S. M. G. Sentidos da alfabetização nas práticas educativas. *In*: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MORTATTI, Maria do Rosário Longo (org.). **Alfabetização e seu sentidos**: o que sabemos, fazemos e queremos? São Paulo: Editora Unesp, 2014. 352 p.

FANTIN, M. **No mundo da brincadeira**: jogo, brinquedo e cultura na Educação Infantil. Florianópolis: Cidade Futura, 2000. 244 p.

GALVÃO, I. H. W. **Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

KLEIMAN, A. Alfabetização e letramento: implicações para o ensino. **Revista da FACED,** Bahia, n. 6, p. 99-112, 2002.

MICOTTI, M. C. de O. A construção da leitura e da escrita e o ensino. *In*: FRADE, I. C. A. da; MORTATTI, M. do R. L. (org.). **Alfabetização e seus sentidos**: o que sabemos, fazemos e queremos? São Paulo: Editora Unesp, 2014. 352 p.

VYGOTSKI, L. S. **O papel do brinquedo no desenvolvimento**. A formação social da mente. 4. ed. São Paulo (SP): Martins Fontes, 1995. p. 61-70.

6 CINOTERAPIA E EDUCANDOS COM AUTISMO: A BUSCA PELA AUTONOMIA MEDIADA PELO AFETO

Camila Machado Rodrigues [9]
Tatiane Koerich Mesquita[10]

1. INTRODUÇÃO

O projeto de cinoterapia arrola meios educacionais e interacionistas em vias de aliar o resgate de cães vítimas de maus tratos com o beneficiamento da relação desses animais e os alunos da educação inclusiva, que são possuidores do transtorno do espectro autista. O transtorno do espectro autista engloba um grupo de afecções do neurodesenvolvimento, provocando alterações relacionadas à interação social, comunicação verbal e não verbal, contextualizando caracterização de movimentos estereotipados (CARVALHO, 2014).

Este estudo tem por objetivo a coleta de dados resultante do projeto que está em andamento na escola de educação inclusiva AMA, que propõe a cinoterapia como relação afetiva entre os cães e os alunos com espectro autista, para análise de um novo estilo educacional de mediação através da matriz de comunicação. A cinoterapia remete ao uso de cães como mediadores do processo de interação entre os alunos com o transtorno do espectro autista, ou deficiências associadas, e o meio social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Arrolando justificar o estudo, conceitua-se a redução das estereotipias ao estimular a diminuição de dificuldades tanto gerais quanto específicas, tendo como por exemplo as barreiras sensoriais interacionistas ao considerar a

9 PPGE - Mestrado em Educação/Universidade do Extremo Sul Catarinense/Criciúma-SC.
10 Professora de Educação Física/AMA - *Escola* de Educação Especial *Meu Mundo*/Criciúma-SC.

resistência ao toque no pelo do cão e a saliva, busca-se ampliar conceitos da promoção da interação social por meio do estimulo da fala e da motricidade para favorecimento da independência do aluno.

Para a programação das aulas, busca-se atingir intensidade necessária das atividades elencadas para progresso individual do aluno e coletivo da turma, ampliando conceitos de interação global para permitir equilíbrio, conhecimento e empoderamento da pessoa com deficiência.

Problematizando a aplicabilidade da cinoterapia para a progressão educacional dos alunos da educação inclusiva, levantam-se algumas hipóteses para melhorar mediação entre professores e os alunos desta determinada escola, propiciando um acumulo de conhecimento relacionado à interação afetiva mediada pelo cão, além de validar nova técnica educacional.

A verificação da aplicação da técnica gira em torno de validar sua aplicação educacional para fomento à progressão desses alunos, considerando a interação melhorada entre professores pela mediação através dos cães, classificando a validação da técnica e arrolando sua aplicação em outras instituições que atendem alunos de educação inclusiva, fazendo a mensuração de validade através da matriz de comunicação.

Mantem-se efetiva identificação da progressão educacional dos alunos da educação inclusiva, por meio da comunicação verbal e não verbal, atrelando a avaliação das qualidades da interação afetiva tendo o cão como mediador. As atividades propostas propiciam aquisição e troca de conhecimentos entre professores, mediadores e alunos, e, para tal, faz-se necessária avaliação e registro desta nova técnica, através da Matriz de Comunicação, que mensura a progressão dos vários estágios de comunicação desse aluno da educação inclusiva.

2.1 TEA – TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O **Transtorno do Espectro Autista**, TEA, ou simplesmente Autismo, torna-se um assunto complexo, necessitando de uma análise particular em cada aluno da educação inclusiva, pois é único e singular. No entanto, existem aspectos básicos do TEA que permitem compreendê-lo como um conceito.

> Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba um grupo de afecções do neurodesenvolvimento, cujas características envolvem alterações qualitativas da comunicação, seja linguagem verbal e/ou não verbal, da interação social e do comportamento caracteristicamente estereotipados, repetitivos e com gama restrita de interesses (CARVALHO, 2014, p. 3).

2.2 CINOTERAPIA

A terapia facilitada por cães com finalidade terapêutica ou educacional denomina-se Cinoterapia, e vem sendo empregada atualmente nas áreas da psicologia, psiquiatria, fonoaudiologia e fisioterapia e educação, servindo de ponte entre pacientes e terapeutas/educadores como instrumento de estimulação crucial para os órgãos sensoriais, sentido cinestésico e o sistema límbico (FERREIRA, 2012). É uma técnica de intervenção que vem sendo utilizada com educandos com o transtorno do espectro autista, referindo-se ao uso de animais como mediadores do processo terapêutico (FERREIRA, 2012). A relação que surge entre o animal e o paciente faz com que este cultive sentimentos de cuidado, confiança, estima e reconheça o mesmo como um amigo (CHAGAS, 2009).

2.3 ESTILOS EDUCACIONAIS DE MEDIAÇÃO

Em todas as linhas educacionais tem-se a premissa da progressão do aluno na busca da autonomia, tal qual, tratando-se especificamente da educação inclusiva, a busca da autonomia é também de suma importância, e a cinoterapia pode ser a base da busca de um novo estilo educacional para a mediação do conhecimento que o professor quer apresentar, ou mesmo visando a melhoria de vários outros aspectos da vida cotidiana desse aluno.

> No caso específico de crianças com autismo, os cães podem proporcionar ao paciente senso de autonomia, valor próprio, melhor reconhecimento de si e, embora muitos desses pacientes não falem e tenham aversão ao toque, a Cinoterapia pode melhorar a capacidade de comunicação e a sensibilidade (DOTTI, 2005, *apud* CARVALHO, 2014, p. 8).

2.4 MATRIZ DE COMUNICAÇÃO

A validação desta técnica, que alinha afeto pela mediação do cão para com o aluno com TEA, aplicada com os frequentadores da escola de educação inclusiva AMA, tem sua progressão verificada através de um instrumento que avalia comunicação verbal e não verbal no momento de interação.

O Instrumento Matriz de Comunicação é de uso gratuito e foi fomentado pelo colegiado Universidade Oregon Healthy & Science University para o trabalho específico de dois aspectos principais da comunicação do aluno com deficiência, considerando as razões pelas quais as pessoas se comunicam e os comportamentos usados para que esta comunicação ocorra (ROWLAND, 2006).

A Matriz de Comunicação se organiza baseando-se em quatro razões que temos para nos comunicarmos, destacadas como:

- Comunicação para rejeitar, expressando incômodo, protesto, rejeita ou nega, através da oralidade as coisas que não queremos;
- Para obter coisas que queremos; para interagir, expressando comodidade, continua uma ação, obtém mais de algo, pede mais de uma ação, escolhe, pede um objeto novo, pede objetos que estão ausentes;
- Comunicação social, expressando interesse pelas outras pessoas, chama a atenção, pede atenção, mostra afeto, cumprimenta as pessoas, oferece coisas ou as compartilha, dirige a atenção de alguém para algo, usa fórmulas sociais educadas;
- Comunicação pela informação, respondendo a perguntas de "sim" e "não", pergunta nomeia coisas ou pessoas, faz comentários.

> Os comportamentos utilizados para se comunicar são pré-simbólicos porque não implicam nenhum tipo de símbolo. Chamam-se "não convencionais" porque não são socialmente aceitos por nós para usá-los quando crescemos: isso inclui movimentos corporais, vocalizações, expressões faciais e gestos simples (como puxar o braço das pessoas). Comunicação convencional A criança utiliza comportamentos pré-simbólicos de forma intencional para expressar suas necessidades ou desejos para outras pessoas. Os comportamentos utilizados

> para comunicar são pré-simbólicos porque não implicam nenhum tipo de símbolo. Os gestos "convencionais" incluem comportamentos como indicar ou dizer "sim" com a cabeça. O significado desses gestos é determinado pela cultura específica na qual são usados (ROWLAND, 2006, p. 9).

Na idade adulta, continuamos utilizando os gestos convencionais para acompanhar nossas mensagens faladas, considerando que muitos desses gestos (especialmente o de indicar) requerem boas habilidades visuais e podem não ser apropriados para crianças com deficiências específicas associadas (ROWLAND, 2006).

3. ABORDAGEM METODOLÓGICA E TIPO DE PESQUISA

A abordagem do estudo que está em execução é de base quanti-qualitativa de cunho descritiva, exploratória e de campo. Sendo que o método quantitativo diferencia-se pelo aprofundamento da compreensão e aquisição de conhecimento em relações cotidianas, e fenômenos sociais. Entretanto, considerando tudo o que pode ser quantificado e traduzido em números e expressões, o método quanti-qualitativo vai associar as opiniões e informações para classificá-las e analisá-las, requerendo o uso de recursos e técnicas estatísticas.

A pesquisa do tipo descritiva qualitativa se utiliza de conceitos, e se preocupa com relação específica ao aprofundamento e compreensão desses conceitos e dados, e de como ela será compreendida pelas pessoas se utilizando para explicar o porquê das coisas, explorando o que necessita ser feito. Os dados analisados por esse método estão compreendidos em forma de conceitos (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013).

Para tanto, a pesquisa utilizará da Matriz de Comunicação. **Anexo A.**

3.1 LOCAL DE ESTUDO

A instituição participante do projeto, AMA-REC/SC Associação de Pais e Amigos dos Autistas da Região, CNPJ: 04.594.820/0001-00, contemplando 50 alunos.

3.2 SUJEITOS DO ESTUDO

Participarão do presente estudo alunos matriculados na grade de educação inclusiva, caracterizados com TEA, Transtorno do Espectro Autista. A amplitude da amostra dos participantes é relacionada à quantidade de alunos que participam das aulas de Educação Física com a Professora Pesquisadora Tatiane Koerich Mesquita.

3.3 PROCEDIMENTOS DE LEVANTAMENTO DE DADOS

1º Momento: procedimentos iniciais: o projeto primeiramente recebeu autorização para a realização da coleta de dados pela instituição participante do estudo, após a efetivação da carta de aceite da aprovação (Apêndice B), o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unesc; e após o parecer positivo, n. 2.113.756, em 12 de junho de 2017 foi dado início à coleta de dados (Apêndice C).

2º Momento: conhecimento da instituição para aumento de vínculo com os participantes, analisando a conjuntura.

3º Momento: realizar a inserção dos mediadores, cães, e a ambientação dos mesmos.

4º Momento: aplicação periódica mensal do instrumento de coleta de dados Matriz de Comunicação, com os envolvidos na pesquisa (Anexo A).

O instrumento a ser utilizado é a Matriz de Comunicação, que foi fomentada para demonstrar com exatidão estágios de comunicação. Traduz a ideologia de objetivos lógicos de comunicação para o educando. "Foi publicada pela primeira vez em 1990 e revisada em 1996 pela Doutora Charity Rowland da Universidade Oregon Healthy & Science University. A versão original foi elaborada principalmente para uso de fonoaudiólogos e educadores" (ROWLAND, 2006, p. 6).

A versão utilizada para este estudo tem uso simples, e seus resultados são disponibilizados e resumidos em um perfil de uma página, que mostra em níveis comportamentais, como evolui o processo comunicativo do educando e qual tipo de comunicação ele está utilizando, e com a qual compreende que tipo de mensagens está expressando.

"O Perfil é exatamente o mesmo que o Perfil da Matriz, criado em versão profissional. Isso significa que tanto pais como profissionais podem usar a mesma folha para mostrar o outro lado de como a criança está se comunicando em casa ou na escola" (ROWLAND, 2006, p. 6).

5º Momento: realizar análise e interpretação dos dados.

3.3.1 Critérios de inclusão

Todos os alunos que participam das aulas de educação física, que contenham Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). (Apêndice A).

3.3.2 Critérios de exclusão

Alunos que não participarem das aulas de educação física, ou que não aceitaram participar da pesquisa ou não assinaram o TCLE.

3.4 RISCOS E BENEFÍCIOS

Não existem riscos presumíveis, ou qualquer tipo de decréscimo educacional, resguardados os valores éticos recomendados pela resolução n. 466/12, da Pesquisa com Seres Humanos. É garantido aos sujeitos e responsáveis dos participantes o anonimato e o sigilo referente à coleta de dados, os quais foram livremente esclarecidos dos objetivos da pesquisa e da metodologia utilizada, e o participante ainda, mesmo após a assinatura e consentimento, mantém o direito de desistir em qualquer fase de aplicação (BRASIL, 2012). Entre os benefícios elencados presume-se que, para o educando que participa da mediação afetiva do conhecimento pela cinoterapia, uma via para irromper moldes forjados da educação tradicional. Esses moldes tradicionais geralmente avaliam o que o aluno aprendeu e raramente como a escola ensinou. A cinoterapia, com a mediação afetiva, proporciona melhoramento da aquisição desse conhecimento pelo educando na busca da sua autonomia, para que tenham seu conhecimento efetivado e que não sejam penalizados pela repetência ou evasão, discriminação e exclusão (MANTOAN, 2015). Para os educadores, a formulação de um modelo de educação que prime "por uma formação que lhes

ensine a dar aulas para alunos com deficiência, dificuldades de aprendizagem (...)", fomentando uma "maneira de fazer educação comum e educação especial podemos chamar de pedagogia da diversidade" (MANTOAN, 2015, p. 87).

3.5 ANÁLISE DE DADOS

O acúmulo e a análise dos dados estão correndo de modo progressivo e a interpretação desses dados qualitativos será realizada através da ordenação, classificação e condensação final dos dados pesquisados.

3.6 DESFECHO PRIMÁRIO

A medida progressiva em que ocorra o acúmulo dos dados, poderá se verificar a progressão educacional dos alunos e a manutenção ou modificação do planejamento inicial.

3.7 DESFECHO SECUNDÁRIO

Para arrolar desfechos secundários pretende-se: validar uma nova técnica educacional, que permeie a mediação afetiva entre o cão resgatado e o aluno com TEA; identificar progressão da criança na grade regular de ensino, bem como entremeio social e comunitário.

3.8 ASPECTOS ÉTICOS

Todos os participantes terão esclarecimento de dúvidas e terão a posse do Termo Livre Esclarecido, que segue as exigências formais contidas na resolução n. 466/12, do Conselho Nacional de Saúde. Visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica e aos sujeitos da pesquisa e do estado.

Tratando da resolução n. 466/12, cujas diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos, os participantes foram esclarecidos sobre a "natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta lhes possa acarretar, na

medida de sua compreensão e compreensão dos responsáveis e respeitados em suas singularidades" (BRASIL, 2012, p. 2).

A pesquisa considera a resolução que incorpora os referenciais da bioética, como a "autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade" (BRASIL, 2012, p. 1).

Aspectos éticos do estudo como a confidencialidade, a privacidade, o anonimato e a proteção de imagem estão assegurados aos participantes no decorrer de todo o processo de pesquisa, onde estão sendo tratados com dignidade, respeito e defendidos em sua vulnerabilidade. Mantém-se como registro o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, além de carta de aceite da instituição (BRASIL, 2012, p. 2). (Apêndice A).

4. EXPERIÊNCIA DE PESQUISA

O projeto já mantem atuação, e os benefícios imediatos para os alunos já são percebidos, bem como para professores com a mediação e o reforço da afetividade trazida pelo animal. Reforçando que os cães não têm treinamento de adestramento, então acabam por interagir de forma espontânea durante as atividades, gerando respostas diferentes a cada atividade, tanto de alunos com autismo, quanto dos animais, promovendo dissoluções especificas às questões pedagógicas de forma simples, e na maioria das vezes alinhado ao afeto entrelaçado na ação direta.

4.1 DESDOBRAMENTOS DAS PRÁXIS DA PESQUISA

Para que a atividade ocorra, houve inicialmente a necessidade da submissão ao CEP da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Ao retorno do parecer positivo, n. 2.113.756, em 12 de junho de 2017, deu-se a efetivação da ação. Os animais passaram por inspeção no setor de vigilância sanitária, e a escola de educação especial foi contatada, inicialmente para a realização da análise da conjuntura.

Logo após determinados os contatos, foi realizada uma palestra para os professores e demais funcionários do quadro técnico administrativo e operacional, para que conhecessem e compreendessem os objetivos do projeto,

além das intervenções a serem realizadas, respeitando sempre o lugar e as atividades dos professores e alunos da escola.

O envio dos termos de aceite de participação da pesquisa para a parte dos alunos e responsáveis, e o início das atividades estão em andamento. A coleta de dados será expressiva, a fim de explanar e verificar a validação desta técnica que alia a interação do cão resgatado com o aluno com autismo, esta mediação relacionada ao afeto.

CONCLUSÃO

A existência de uma relação efetiva e direta entre aluno e professor é o que molda a qualidade do resultado interacionista fora das paredes da escola. A mediação proposta na cinoterapia auxilia num modelo dialógico de educação, que pode qualificar todos os espaços da escola e da vida escolar dos alunos.

As relações escolares têm influência imediata e posterior na vida dos alunos e na busca da autonomia, que em se tratando de alunos com autismo, é uma premissa de busca frequente. A educação é peça chave para reforçar a identidade do sujeito com deficiência, e suas relações interpessoais. Para que esses alunos possam ter autonomia em suas relações dentro e fora dos muros da escola, a educação torna-se de suma importância para a interação com professores, colegas, amigos e família.

A conceituação dos sujeitos como capazes de intervir no mundo, de comparar, de ajuizar, de decidir, de romper, de escolher, capazes de grandes ações (FREIRE, 2006). Caracterizar alunos com autonomia, com identidade reforçada, como sujeitos capazes de intervir em seu mundo é a idealização dos profissionais que lidam com educação especial inclusiva.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, I. A. de. **Cinoterapia como recurso terapêutico para crianças com transtorno do espectro autista**: Uma revisão assistemática da literatura. Monografia (Especialização) – Pós-Graduação em Psicologia – Ênfase em Infância e Família, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, dez. 2014.

CHAGAS, J. N. de M. Terapia Ocupacional e a utilização da terapia assistida por animais

(TAA) com crianças e adolescentes institucionalizados. **Revista Crefito**, 6, Fortaleza. 6(14), p. 1-3. 2009.

FERREIRA, J. M. A cinoterapia na APAE/SG: um estudo orientado pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano**. Conhecimento e Diversidade**, 7, p. 98-108. 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. 213 p.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar – o que é? Por quê? Como fazer?** – São Paulo: Summus, 2015. 96p. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/50264/metodologia-cientifica-tipos-de-esquisa>. Acesso em: 14 fev. 2017.

_____, decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

_____, resolução n. 466, de 12 de dezembro de2012.

APÊNDICES

APÊNDICE – A
TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Instituição ***AMA-REC/SC Associação de Pais e Amigos dos Autistas da Região***, *CNPJ: 04.594.820/0001-00* está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada: ***Cinoterapia e a Pessoa Com Deficiência: Um Relato De Experiência Exitosa*** que tem como objetivo: *Avaliar melhora da comunicação verbal e não verbal e interacionista de estudantes de educação especial, se utilizando da cinoterapia como mediadora; Favorecer redução de inibições, referir melhora no contato social e na superação de seus próprios limites para ampliação da gama de oportunidades de desenvolvimento e aquisição da equidade perante os colegas do ensino regular.* Mesmo aceitando participar do estudo, poderá desistir a qualquer momento, bastando para isso informar sua decisão aos responsáveis. Fica esclarecido ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, o (a) senhor (a) não terá direito a nenhuma remuneração. Declaramos que todos os riscos e eventuais prejuízos foram devidamente esclarecidos. Os dados referentes à sua pessoa serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução nº 466/2012 do CONEP -Conselho Nacional de Saúde, podendo o (a) senhor (a) solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta.

Procedimentos detalhados que serão utilizados na pesquisa

Riscos: Não existem riscos presumíveis, desde que resguardados os valores éticos recomendados pela Res 466/12 da Pesquisa com seres humanos.

Benefícios: Consolidar uma nova técnica como método de progressão do processo de aquisição de conhecimento, visando atingir veracidade das atividades elencadas para progresso individual e coletivo amplia conceitos de interação global permitindo equilíbrio, conhecimento e buscando o empoderamento da pessoa com deficiência.

A coleta de dados será realizada pelas: Profª. Esp. Camila Machado Rodrigues e Profª. Tatiane Koerich Mesquita, orientado pela professora responsável Profª. Neiva Junkes Hoepers (fone:99340311) O telefone do **Comitê de Ética é (48) 3431.2723**.

Criciúma (SC) 13 de dezembro de 2016.

AMA-REC/SC
CNPJ: 04.594.820/0001-00

Pesquisadores Responsáveis
CPF:

APÊNDICE – B
CARTA DE ACEITE DA INSTITUIÇÃO

AMA-REC/SC
ASS. DE AMIGOS DO AUTISTA

AMA-REC/SC Associação de Pais e Amigos dos Autistas da Região

Endereço. Tv. Ouro Preto, 320 - S Cristóvão, Criciúma - SC, 88802-510

Carta de Aceite

Declaramos para os devidos fins que se fizerem necessários, que concordamos em disponibilizar as Dependências da instituição ***AMA-REC/SC Associação de Pais e Amigos dos Autistas da Região,*** localizado na rua: Tv. Ouro Preto, 320 - S Cristóvão, Criciúma - SC, 88802-510para o desenvolvimento do **Projeto de Pesquisa** intitulado ***"Cinoterapia e a Pessoa Com Deficiência: Um Relato De Experiência Exitosa,*** sob a responsabilidade da Profª **Neiva Junkes Hoepers,** Profª. Camila Machado Rodrigues e Profª.Tatiane Koerich Mesquita, pelo período de execução previsto no referido projeto.

Criciúma (SC) 13 de dezembro de 2016.

AMA-REC/SC
ESC. ESPECIAL MEU MUNDO
CNPJ 04.594.020/0001-00
Ut. Pub. Munic. desde 23/06/2002 - Lei 4.366
Ut. Pub. Est. desde 20/03/2003 - Lei 12.726
Rua Antônio Gabriel Machado, 320
Bairro S. Cristovão - Cep 88802-510
CRICIÚMA - SC

Nome, assinatura e carimbo.

APÊNDICE – C
PARECER COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA DA UNESC

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CINOTERAPIA E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EXITOSA
Pesquisador: Neiva Junkes Hoepers
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 64789817.7.0000.0119
Instituição Proponente: Universidade do Extremo Sul Catarinense
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.113.756

Apresentação do Projeto:
O projeto de cinoterapia alia meios educacionais e interacionistas em vias de aliar o resgate de cães vítimas de maus tratos e o beneficiamento da relação entre os animais e crianças da educação especial. A escola AMAREC, aceitou a proposta do presente projeto.

Objetivo da Pesquisa:
Identificar a progressão educacional por meio da comunicação não verbal das crianças da educação especial.
- Avaliar comunicação das crianças da educação especial;
- Avaliar qualidades da interação do cão com o aluno em meio a grade curricular;
- Prover atividades que propiciem aquisição e troca de conhecimentos e afetividade entre professores, mediadores e alunos;
- Validar e registar através da Matriz de comunicação a progressão dos vários estágios de comunicação;
- Prover e registrar nova técnica educacional

Avaliação dos Riscos e Benefícios:
Foram descritos e respeitados

Endereço: Avenida Universitária, 1.105
Bairro: Universitário **CEP:** 88.806-000
UF: SC **Município:** CRICIUMA
Telefone: (48)3431-2723 **Fax:** (48)3431-2750 **E-mail:** cetica@unesc.net

ANEXO – A –
MATRIZ DE COMUNICAÇÃO

Nome: *Júlio* Data: *05/09/2005* Preenchido pela: *Mamãe*

I - Comportamento pré-intencional
Movimentos corporais
Primeiros sons
Expressões faciais

II - Comportamento intencional
Movimentos corporais
Primeiros sons
Expressões faciais
Comportamento visual

III - Comunicação não-convencional
Movimentos corporais
Primeiros sons
Expressões faciais
Comportamento visual
Gestos simples

IV - Comunicação convencional
Gestos convencionais
Vocalizações específicas
Olha imediatamente

V - Símbolos concretos
Símbolos de objetos
Símbolos de imagens
Gestos de dramatização
Sons imitados

VI - Símbolos abstratos
Palavras faladas
Sinais manuais
Palavras escritas
Palavras em Braile

VII - Linguagens
Combinações de dois ou mais símbolos

	A1 Expressa incomodidade I	A2 Expressa comodidade II						A3 Expressa interesse em outras pessoas III											
	B1 Protesta II	B2 Continua a ação II				B3 Obtém mais de algo II			B4 Atrai a atenção II										
	C1 Rejeita Nega III	C2 Pede mais ação III	C3 Pede ação nova III	C4 Pede mais de um objeto III	C5 Escolhe III	Pede um objeto novo III		C8 Pede atenção III	C9 Mostra afeto III										
	Rejeita Nega IV	Pede mais ação IV	Pede ação nova IV	Pede mais de um objeto IV	Escolhe IV	Pede um objeto novo IV		Pede atenção IV	Mostra afeto IV										
	Rejeita Nega V	Pede mais ação V	Pede ação nova V	Pede mais de um objeto V	Escolhe V	Pede um objeto novo V	C7 Pede um objeto ausente V	Pede atenção V	Mostra afeto V	C10 Compartilha as pessoas IV	C11 Oferece Compartilha VI	C12 Dirige sua atenção IV	C13 Formula socias educadas IV	C14 Responde perguntas simples IV	C15 Faz perguntas IV				
	Rejeita Nega VI	Pede mais ação VI	Pede ação nova VI	Pede mais de um objeto VI	Escolhe VI	Pede um objeto novo VI	Pede um objeto ausente VI	Pede atenção VI	Mostra afeto VI	Compartilha as pessoas V	Oferece Compartilha V	Dirige sua atenção V	Formulas socias educadas V	Responde perguntas simples V	Faz perguntas V	C17 Nomeia coisas ou pessoas V	C18 Faz comentários V		
	Rejeita Nega VII	Pede mais ação VII	Pede ação nova VII	Pede mais de um objeto VII	Escolhe VII	Pede um objeto novo VII	Pede um objeto ausente VII	Pede atenção VII	Mostra afeto VII	Compartilha as pessoas VI	Oferece Compartilha VI	Dirige sua atenção VI	Formulas socias educadas VI	Responde perguntas simples VI	Faz perguntas VI	Nomeia coisas ou pessoas VI	Faz comentários VI		
	Rejeita Nega VII	Pede mais ação VII	Pede ação nova VII	Pede mais de um objeto VII	Escolhe VII	Pede um objeto novo VII	Pede um objeto ausente VII	Pede atenção VII	Mostra afeto VII	Compartilha as pessoas VII	Oferece Compartilha VII	Dirige sua atenção VII	Formulas socias educadas VII	Responde perguntas simples VII	Faz perguntas VII	Nomeia coisas ou pessoas VII	Faz comentários VII		
REJEITAR	**OBTER**							**SOCIAL**								**INFORMAÇÃO**			

Tipo de símbolo: Para os níveis V, VI, ou VII foram utilizados símbolos específicos (por exemplo, símbolos de imagens, objetos, língua de sinais, fala)

símbolos de objetos

Chave: = Emergente
= Dominado

CIÊNCIAS DA SAÚDE

7 ESTRATÉGIAS PARA O CUIDADO EM SAUDE NO PROGRAMA DE ATENÇÃO MULTIDISCIPLINAR A SAUDE DO IDOSO

Larissa Dezan[11]
Ana Maria Volpato[12]
Paula Rosane Vieira Guimarães[13]
Fernanda de Souza Fernandes[14]
Maria Tereza Soratto[15]
Angela Erna Rossato[16]
Silvia Dal Bó[17]
Neiva Junkes Hoepers[18]

1. INTRODUÇÃO

Estratégias para o cuidado em saúde, na formação dos profissionais em saúde hoje, é um crescente desafio das instituições formadoras. Preparar profissionais para atuar nos diferentes níveis de Atenção a Saúde, deve-se estar em consonância com o sistema de saúde vigente no país, o trabalho em equipe e a atenção integral à saúde. Visto que, as mudanças demográfica e epidemiológica são fenômenos mundiais que precisam ser ponderados na formação dos profissionais em saúde. Sendo necessário incluir projetos quanto o envelhecimento e sua complexidade nas diversas profissões da área da saúde que além

11 Bolsista do Curso de Educação Física, Projeto de Extensão PAMSI da Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc.
12 Professora do Curso de Educação Física, Projeto de Extensão da Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc.
13 Professora do Curso de Nutrição, Projeto de Extensão PAMSI da Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc.
14 Professora do Curso de Psicologia, Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc.
15 Professora do Curso de Enfermagem, Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc.
16 Professora do Curso de Farmácia, Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc.
17 Professora do Curso de Farmácia, Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc.
18 Professora do Curso de Enfermagem, Coordenadora do Projeto de Extensão PAMSI, Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc, Projeto PAMSI.

das doenças, contemplem aspectos sociais e políticas públicas direcionadas aos idosos, entre outros.

No Brasil, na atual Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) de 2006, é mencionada a adequação de temas e curricularização voltadas ou direcionadas aos idosos, especificamente acerca da interface saúde-educação. Desta forma, a PNSPI reafirma a necessidade de buscar a valorização e a formação dos profissionais de saúde, preconizando a abordagem de conteúdos e práticas referentes ao envelhecimento em todos os níveis da formação e, especificamente no que se refere à graduação (CARVALHO, HENNINGTON, 2015).

Nesse contexto, procurou-se descrever este relato de experiência do Projeto de Extensão do Programa de Atenção Multidisciplinar a Saúde do Idoso que teve como objetivo principal, prestar atendimento à saúde dos idosos da região sul de Santa Catarina, oportunizando uma melhora na qualidade de vida e buscar a transformação social a partir da autonomia dos participantes, norteando ações que contribuam para um processo de envelhecimento ativo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

No final do século XX, sinalizaram-se expressivas mudanças sociodemográficas no Brasil. Entre elas, destaca-se a diminuição do ritmo de crescimento demográfico, resultado do significativo declínio da fecundidade, o aumento do processo de urbanização e o envelhecimento populacional (GUIMARÃES, 2016). E quanto o processo de envelhecimento populacional e o tamanho da população idosa, ainda que a complexidade e a diversidade para a demarcação do que venha a ser um "idoso", é uma etapa que ainda está sendo muito discutida, mas podemos considerar o critério etário de 60 anos ou mais de idade, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e a definição que consta na Política Nacional do Idoso (Brasil, 1994).

No Brasil o processo de envelhecimento populacional se tornará maior nas próximas décadas. Segundo as projeções apontadas pelo IBGE, a proporção de pessoas com 60 anos e mais aumentará para 13% em 2020 e subsequentemente para cerca de 25% no ano de 2050, ocasião na qual a população idosa chegará a 64 milhões de pessoas (IBGE, 2011).

Segundo Guimarães (2016), o envelhecimento populacional e o lógico acréscimo da população idosa é um processo inevitável. Desta forma, junto a conscientização do envelhecimento ativo, inúmeras são as oportunidades de negócios em desenvolvimento para poder ofertar bens e serviços para esse segmento populacional. Ressaltamos ainda, que a atual demanda, ainda não satisfeita, poderá nos próximos anos ser ainda mais significativa, tendo em vista que esta fatia da população nas próximas gerações terá maior nível de escolaridade, referenciando-se aos adultos de hoje, onde se oportunizam de estilos de vida bastante diferenciados no envelhecimento com melhor qualidade de vida.

Alguns indicadores de saúde mostram que tivemos um envelhecimento populacional, especialmente a queda da fecundidade e da mortalidade e o aumento da esperança de vida. A meta da PNSI propõe atenção à saúde adequada e digna para idosos brasileiros, especialmente aos idosos que tiveram um processo de envelhecimento caracterizado por doenças e agravos que impõem limitações importantes e influenciam no seu bem-estar e que necessitam de um cuidar especial. Essas condições crônicas muitas vezes geram um processo incapacitante, atrapalhando o desempenho das atividades cotidianas do idoso. Portanto, o envelhecimento é um processo natural de diminuição progressiva da reserva funcional dos indivíduos, que não costumam provocar qualquer problema em condições normais e em condições de sobrecarga, provocado por doenças, acidentes ou estresse emocional, pode ocasionar uma condição patológica (BRASIL, 2006).

Idosos que se encontram na senilidade, acabam se tornando dependentes de seus cuidadores, os quais podem ser os informais e formais, que exige dedicação exclusiva e integral a esse cuidado, muitas vezes mudando a dinâmica de vida, baseada nas necessidades do ser cuidado (ARAUJO, 2013).

É importante ressaltar que, de acordo com a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), em países desenvolvidos, o termo idoso refere-se aos indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos, enquanto nos países em desenvolvimento, ser idoso, significa estar com 60 anos ou mais (OMS, 2009). No Brasil, o Estatuto do Idoso, instituído pela lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, que assegura os direitos do idoso, dentre outros objetivos e considera idoso a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos (BRASIL, 2003).

Nesse contexto e a partir da observação da mudança do perfil demográfico e epidemiológico da população brasileira, observa-se que as ações da educação em saúde, que busca orientar, esclarecer e proporcionar mudanças de comportamentos de risco consideradas como uma dimensão do processo de cuidar, irão ajudar a obter mecanismos que previnem doenças, especialmente as crônicas e que promovem a saúde, estimulem a reabilitação e que possam transformar esses indivíduos considerados vulneráveis um pouco mais autônomos com a possibilidade de serem mais participativos e independentes, dentro de suas possibilidades. Também, outras políticas públicas que atuam de forma a maximizar e promover um envelhecimento ativo e saudável, se fazem necessário. Quando as políticas de atenção, são voltadas a idosos, apresentam como desafios, descobrir possibilidades de viver sua própria vida com a máxima qualidade possível, apesar das progressivas limitações que possam ocorrer (BRASIL, 2006.)

3. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, resultante do Projeto de Extensão, desenvolvido com idosos participantes deste projeto, intitulado "Programa de Atenção Multidisciplinar a Saúde do Idoso" (PAMSI) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), durante o período de janeiro a agosto de 2017, na cidade de Criciúma SC, Brasil. Os idosos, de ambos os sexos, foram selecionados para uma entrevista de forma intencional, atendendo os critérios de inclusão, compondo uma amostra de 80 idosos. Os critérios de inclusão foram: ter idade igual ou superior a 60 anos de idade; residir em Bairros do município de Criciúma e estar cadastrado no Projeto de Extensão supracitado, ter frequência de 75% de participação durante cada semestre.

As ações tratadas nos objetivos deste projeto foram organizadas através de atividades contínuas e pontuais com reuniões, oficinas e palestras sobre temas referentes aos direitos e deveres do cidadão, deveres do estado quanto a atenção à saúde, educação e cultura, com intuito interdisciplinar e específico das áreas envolvidas (Educação Física, Nutrição, Psicologia, Enfermagem e Farmácia).

As atividades contínuas foram compostas por exercícios físicos (aplicados duas vezes por semana) e encontros quinzenais em grupo com temáticas di-

ferentes (exercício ou nutrição ou enfermagem ou psicologia ou farmácia). A cada dois meses, um dos encontros no grupo é destinado, também, a recepcionar novos participantes e avaliar a satisfação e resultados obtidos até aquele momento.

Para a obtenção dos dados, primeiramente se fez reunião com o grupo, explicando sobre o objetivo do projeto, posteriormente foi discutido sobre as estratégias e temas de educação em saúde para idosos que gostariam de estar aprendendo. Onde foi registrado a opinião dos idosos acerca do projeto. Após foi elaborado um roteiro de ações que contemplasse as necessidades advindas do grupo, com cronograma para o desenvolvimento das interações por disciplinas profissionais (Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Nutrição e Educação Física). Onde posteriormente a cada encontro foi feito oficinas e roda de discussão sobre temas elencados pelo grupo. Desta forma, realizou-se a organização de uma estrutura condensada das informações para permitir, especificamente, reflexões e interpretações sobre cada encontro. Após a realização dessas etapas, os conteúdos foram agrupados e discutidos entre os profissionais transformando em aprendizagem. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade e para a condução do estudo, foram contempladas todas as normas da resolução n. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012).

4. EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO

Com a intensificação da valorização da população idosa e com os índices demográficos que apontam o aumento desta população, os profissionais passaram a ver o envelhecimento de outra forma e despertaram suas práticas na tentativa de assegurar a cidadania e a sua qualidade de vida junto a longevidade.

Com isso surgiu o projeto de extensão "Programa de Atenção Multidisciplinar a Saúde do Idoso", dentro de uma Universidade Comunitária, sendo um dos primeiros projetos de extensão da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), visando valorizar e socializar os idosos por meio de atividades que incluíssem diversas disciplinas como, Enfermagem, Educação Física, Nutrição, Psicologia e Farmácia e o envolvimento de outras áreas, graduandos,

professores, pesquisadores, subsidiando e ampliando a relação comunidade e academia, desta forma, constituindo um segmento de Instituição de Ensino Superior – IES com fins voltados, além da educação, aos serviços sociais e à comunidade.

Mesmo com o aumento de programas destinados aos idosos, é percebível a necessidade de expansão e consolidação de ações de promoção da qualidade de vida desta população, visando e garantindo os seus direitos (GONÇALVES, SOARES, BIELEMANN, 2013).

Desta forma, as diversas modalidades de atividades propostas pelo projeto teve como intuito instigar a autoestima, a independência, a autonomia e a qualidade de vida, para cada participante e fazer com que o espaço proporcionado, possa se tornar uma oficina de novas propostas e descobrir estratégias, na qual o idoso possa exteriorizar seus sentimentos nas atividades propostas e ampliar o conhecimento sobre o envelhecer saudável.

No desenvolvimento das ações propostas pelos docentes e acadêmicos, foram desenvolvidas atividades de Educação Físicas dentro e fora da piscina, oficinas de relaxamento físico e mental, conhecimento sobre uso correto na administração medicamentosa, o uso correto de plantas medicinais, como ter uma alimentação saudável entre outras.

Com o desenvolvimento destas ações, pode ser observada nos idosos a vontade de aprender, superando as limitações impostas por eles mesmos, uma vez que muitas vezes os próprios idosos se rotulam incapazes para a realização de tais atividades.

Pode ser observada a importância do estímulo, da concentração e do reforço positivo, nas atividade de socialização e interação social em todas as atividades desenvolvidas, como também no repasse de informações e orientações sobre o envelhecimento, o que proporciona aos idosos um envelhecimento ativo.

Envelhecimento ativo é o processo de ter uma vida mais longa com oportunidades de saúde, participação e segurança, desta forma melhorar a qualidade de vida durante seu envelhecimento. E que ao longo do curso da vida as pessoas percebam o seu potencial para o bem-estar físico, social e mental. Portanto, é aumentar uma expectativa de vida saudável e com qualidade de vida a todos que estão envelhecendo (SBGG; SAAD, 2016).

Um dos objetivos do trabalho com grupos foi a proximidade e continuidade da atenção à população, especialmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade como os idosos. Com isso, um dos objetivos deste projeto foi procurar aproximar a população idosa, os profissionais de educação e da saúde e as ações que uma universidade pode disponibilizar.

Os diálogos discutidos têm alcançado o objetivo de esclarecer dúvidas, levantar questionamentos e discussões sobre o cotidiano e estimulando o autocuidado na prevenção de agravos oriundos de doenças crônicas apresentadas por muitos deles, bem como a prevenção e promoção à saúde e a qualidade de vida, desta forma, proporcionando o envelhecimento ativo.

Nas oficinas e encontros foram abordados temas educativos e atuais, sendo estes advindos do interesse do grupo. Sendo que a vivência nesses encontros foi de grande importância para os acadêmicos que planejaram e ministraram as atividades propostas a cada semana, pois oportunizou a troca de saberes com o grupo de idosos, possibilitando ao aluno adquirir experiência e melhor aptidão para lidar com o público idoso.

Todos os profissionais envolvidos e acadêmicos são estimulados a prepararem os conteúdos abordados nas suas especificidades, como também a desenvolver conhecimentos a partir das necessidades dos idosos e para os idosos. E para a maioria dos idosos a criação desse espaço, permitiu superar as suas dificuldades, podendo ser uma configuração terapêutica de atenção que favorece a saúde física, mental e social.

Nessa perspectiva, tem-se a convicção de que este projeto de Atenção Interdisciplinar a Saúde dos Idosos favorece a interação social e qualifica a vida dos idosos, permitindo que os mesmos tenham perspectivas de vida, possibilitando um novo sentido a realidade de cada um, sendo uma vertente para a desconstrução de paradigmas existentes e reconstrução de novos, que possa contribuir para uma vida melhor. Assim, é preciso cuidar do idoso contemplando aspectos que o faça sentir-se saudável, útil e cidadão, pois a qualidade de vida na velhice está inteiramente ligada à manutenção da independência e autonomia nas suas atividades de vida diária.

Ainda, as atividades desenvolvidas neste projeto têm possibilitado aos integrantes a verbalização de suas experiências e vivências de vida, por meio da troca recíproca, acolhimento e fortalecimento de vínculos. Além de que, favo-

rece a adoção de um estilo de vida mais ativo e atenuar sentimento de solidão vivenciado por muitos idosos nos dias atuais.

4.1 DESDOBRAMENTOS DAS PRÁXIS DE EXTENSÃO

Momento: relaxamento físico e mental

Foi uma explanação sobre estresse; ansiedade e a importância do relaxamento para o controle do estresse no idoso. Finalizou-se o encontro com a realização de uma atividade de relaxamento físico e mental, com a utilização de música relaxante e visualização criativa associada à cromoterapia.

"As Medicinas Tradicionais e Complementares são compostas por abordagens de cuidado e recursos terapêuticos que se desenvolveram e possuem um importante papel na saúde global" (BRASIL, 2017, p. 1). Sendo que, as técnicas de respiração e relaxamento promovem a redução da tensão muscular e a normalização do ritmo cardíaco e respiratório, possibilitam o controle da ansiedade e do estresse (DIAS; MONTEIRO; RAINHO, 2015) e a melhoria da qualidade de vida (ELIAS, 2014). Assim, terapias de relaxamento utilizando imagens em vídeo, música e afirmações positivas podem reduzir a ansiedade, dor, nervosismo e depressão (PRIMO; AMORIM; LEITE, 2011).

Os idosos do grupo participaram ativamente das atividades, demonstrando a aceitação da técnica como uma possibilidade de melhoria da qualidade de vida no cotidiano. E possibilitou que os idosos refletissem sobre suas vidas, sobre sonhos conquistados ou não. Observou-se uma notável melhora nas pessoas, elas saíram mais alegres, tranquilas, emotivas, pensativas, confiantes e mais cheias de vida do que quando entraram. Esse tipo de atividade para os idosos é muito importante, pois além de se trabalhar a saúde mental, contribui para a prevenção de problemas emocionais como depressão, baixa autoestima, fobias (medos), ansiedade, distúrbios do sono e memória, entre outros.

A longevidade se reflete no comportamento e nas relações afetivas, como também na forma como a pessoa se vê e vê os outros, por isso é aproximar ao máximo a vida. E aprender, recordar, planejar, produzir, sonhar e amar, trabalhar com a prevenção é o melhor remédio, trabalhar a saúde mental com os idosos é muito bom e, quanto antes começarmos, mais tempo irão viver e com maior qualidade de vida.

Esta ação obteve resultados positivos, pois os idosos aproveitaram o momento único e exclusivo, somente deles, para viajar em seus pensamentos, sendo que muitos deles se emocionaram. E, ao final, manifestaram-se com agradecimentos, palavras de motivação e muitos abraços na profissional, forma que acharam para agradecer pelo que a mesma proporcionou.

Momento: o ato de comer e suas habilidades culinárias

Parte do princípio da multidisciplinaridade tendo por objetivo comum o envelhecimento saudável. O Ministério da Saúde define que a alimentação saudável contribui para a promoção da saúde e para a prevenção de doenças, nesse sentido a orientação nutricional deve ser um dos componentes da atenção à saúde da pessoa idosa. O ato de comer sugere sempre que possível, que as refeições sejam em companhia, com familiares, amigos ou colegas de trabalho ou escola. A companhia nas refeições favorece o comer com regularidade e atenção, combina com ambientes apropriados e amplia o desfrute da alimentação. O objetivo da ação de educação alimentar e nutricional, foi discutir o "ato de comer" (BRASIL).

O grupo de idosos foi convidado a comparecer na ação educativa trazendo receitas que costumam fazer em casa. O início previu um vídeo com a seguinte reflexão: como quero envelhecer? A seguir foram abordados temas sobre o ato de comer. Comer por prazer ou comer qualquer coisa para matar a fome? Qual alimento é necessário para nutrir o corpo? Cozinhar como forma de descontrair, de relaxar, de se divertir, também pode ser prazeroso, como compartilhar atividades domésticas que antecedem ou sucedem o consumo das refeições. Também, desenvolver, exercitar e partilhar habilidades culinárias. As questões eram apresentadas nos *slides* e os idosos questionados na intenção de suscitar o debate. Ao final, as receitas foram recolhidas para organizar a próxima ação. Encerrou-se com degustação de bolo de banana integral sem açúcar e pão de batata, que se parece com pão de queijo.

Esta experiência conota a educação em saúde com foco no diálogo e troca de informações. O guia alimentar afirma que é importante comer com regularidade, compartilhar habilidades culinárias, desenvolvê-las principalmente com crianças, jovens e idosos, sem distinção de gênero. Preparar o alimento com amor fará surgir nas pessoas o sentimento de fraternidade e de agrade-

cimento por aquela comida. Para quem não tem habilidades culinárias, sugere-se conversar com quem sabe cozinhar, pedir receitas a familiares, amigos e colegas, nos livros, na internet, eventualmente fazer cursos e começar a cozinhar.

O grupo ficou satisfeito com a troca do conhecimento e a degustação. Socializamos sobre as receitas que preparam para os netos, acordamos de partilhar receitas e de novo encontro para a realização das receitas em grupo, com orientação profissional. Como também, a substituição de ingredientes mais saudáveis com demonstração no laboratório de técnica e dietética. A experiência de extensão permite aproximações da teoria com a prática e aos idosos participantes, promove uma interligação com o conhecimento que vai atender suas demandas.

Momento das atividades físicas

São realizadas duas vezes na semana com atividades dentro e fora da piscina. Observa-se o envolvimento dos idosos com as atividades físicas propostas; participaram com muito interesse dessas práticas. Esse é um ponto positivo no que se refere à mudança de hábitos de vida, e acredita-se que nesses momentos se viabiliza um despertar ao movimento, dinamizando o cotidiano desses idosos.

Os idosos relataram que a atividade física tem uma relação com bem-estar psicológico, que se manifesta por sentimentos de satisfação, felicidade e envolvimento, não se sentem velhos e doentes. Assim, salientamos a importância da atividade física, e que estas ocorram de forma coletiva, para estimular a inserção social dos idosos, pois sabemos que em muitos casos, deixam de ser ativos na sociedade e passam a ser distanciados das suas costumeiras rotinas.

Nesse sentido, o grupo passa a ser uma referência social nas áreas de atuação do projeto de extensão, além de estimular e propor autonomia dos grupos, gerando sua independência e parceria entre os idosos.

O autocuidado contribui para o envelhecimento saudável com a melhora do convívio familiar e social, ampliando a autonomia e a autoestima, assim como cria condições favoráveis que facilitam e incentivam a diminuição da dependência e a prevenção de sequelas negativas. Em casa, as caminhadas, exercícios, massagem, entre outros exercícios, a maioria das pessoas não faz.

Mas, quando se esta em um grupo ativo, as pessoas são estimuladas a fazer e aprendem a importância destas práticas (SANTOS *et al*., 2011).

Pode se perceber que a reflexão é o primeiro passo para as mudanças. Visto que neste grupo de idosos, acontecem discussões sobre determinados temas, e eles mesmos partem para a conclusão e a tomada de resolução. Acredita-se que isso tenha sido fundamental na mudança de costumes e talvez transformação de valores, pois a proposta de educação em saúde não é baseada em imposições, mas sim em reflexões que estimulam o cuidado de si.

A experiência mostrou que a participação incentiva à vida social ativa das mesmas e contribui para que tenham uma melhor qualidade de vida, pois o fato de estarem inseridos nos grupos pode contribuir para diminuir muitos sintomas de agravos da idade, tendo em vista que essa participação se torna uma ocupação, um compromisso na vida do idoso, ampliando seus laços de amizade e beneficiando todos, na socialização do conhecimento. Sendo que, a inserção de atividades física regular na vida de idosos é muito importante para atender as necessidades individuais e coletivas destes grupos, sendo imprescindíveis para a melhoria de sua qualidade de vida e desta forma, aumentando sua longevidade com independência e autonomia.

Momento: a Psicologia trabalhando a autoestima em idosos

Considerando que envelhecer traz consigo uma série de alterações anátomo-fisiológicas-psicológicas-sociais-espirituais, é relevante propor estratégias para que o idoso possa se conectar com estados de bem-estar que propõem produção de qualidade de vida.

A qualidade de vida na fase idosa é um dos enfoques deste projeto de extensão, que busca enfatizar nas discussões e intervenções e propostas que o idoso possua autonomia para buscar em seu ambiente de vida as possibilidades para melhorar o seu viver. Nesta proposta, idealiza-se a conquista de um envelhecimento natural, acolhendo as positivas e progressivas etapas que emergem de cada década alcançada.

Dentre essas possibilidades para a manutenção do bem-estar e da qualidade de vida estão a autoestima e a espiritualidade, considerados recursos notáveis e fundamentais para esta fase da vida. A autoestima é o juízo de valor expresso nas atitudes que o ser humano estabelece consigo mesmo e na se-

quência com os outros de seu convívio. Portanto, ter uma autoestima elevada proporciona maior segurança e confiança para o viver a vida (MOSQUERA; STOBÄUS, 2006).

Na idade mais avançada viver a vida é consequência das vivências dos ciclos anteriores, portanto o estilo de vida adotado durante as anteriores fases de desenvolvimento humano está intrinsecamente ligado com a qualidade da velhice. Entretanto, a retomada do autocuidado (sustentado pela autoestima) pode ser determinante para que o idoso se sinta pleno consigo mesmo. Essa sensação produz alegria e bem-estar (SILVA *et al.*, 2011).

Nos encontros com os idosos participantes deste projeto, foram desenvolvidas atividades por meio de vivências temáticas e roda de conversa e debates em torno da autoestima e espiritualidade na terceira idade – considerando que as vivências temáticas possibilitam uma imersão em si mesmo e em seguida a expressão desses autocontatos com o coletivo.

A roda de conversa é potente metodologia de trabalho para coletivos, sendo ferramenta desenvolvida em diversos contextos e possibilitam encontros dialógicos, produção e ressignificação de sentidos e saberes nas experiências dos partícipes. Implicam na incorporação de tecnologias leves que se materializam nas práticas de acolhimento, vínculo, responsabilização, autonomia e qualidade da atenção (FREIRE, 2008; SAMPAIO, 2014).

No encontro, percebeu-se a produção de expressões relacionadas à vida, à importância de sentir-se inteiro(a), dos sentimentos de valia e autovalia, das expressões de si mesmo para si e para o coletivo, da terminalidade, reflexões sobre o fim da vida, a morte como um processo natural da vida e a esperança de continuação na memória familiar e dos amigos especialmente a esperança da mudança para um lugar melhor, na vida eterna.

Um dos objetivos foi contribuir para a estimulação da memória e aumentar a autoestima e a valorização desses idosos. Com isso, pode-se observar que com esta vivência, à medida que acontecia, eles começaram a se envolver e a participar das atividades. Para esses idosos, esta é uma possibilidade de reviver suas próprias histórias que muitas vezes ficaram esquecidas por eles mesmos, além de poderem socializar com os outros idosos, trazendo alegria e um ambiente agradável a todos. Muitos se lembraram de suas vidas já vividas, outros se lembraram de suas profissões e opções religiosas e falaram do que gostavam de fazer.

Assim, podemos salientar a importância do cuidado humanizado e acolhedor com os idosos. Sabe-se que os idosos ativos têm mais chance de preservar sua memória e consequentemente ter melhor qualidade de vida. Podemos ver que é imprescindível que o trabalho com idosos seja contínuo para que se obtenha um melhor resultado.

A promoção deste projeto de extensão serviu para estimulação da memória, encorajamento, como também para as capacidades e competências cognitivas de modo eficaz, ensinando estratégias compensatórias para permitir que os idosos possam ter uma vida mais independente e autônoma, como também proporcionar crescimento para cada um enquanto pessoa.

Momento de Educação em Saúde sobre uso racional dos medicamentos

A atividade multiprofissional busca garantir a saúde populacional, através de técnicas que permitem orientar pacientes e seus familiares sobre o uso racional de medicamentos, obtendo resultados satisfatórios para o ramo farmacêutico, assim sendo, a assistência farmacêutica faz parte desta atividade.

Na população idosa, há a necessidade de uma atenção redobrada, no que se refere à capacidade de manter a sua saúde física e mental, por meios da assistência farmacêutica, pois necessita de muito cuidado e orientação sobre o uso racional de medicamentos. Sendo necessário abordar de maneira clara e precisa o tema envolvido, uso de medicamentos e sua pratica cotidiana.

Nos encontros, o tema foi abordado e socializado com os idosos, correlacionando a prática cotidiana deles com a prática correta, enfatizando que esta prática tem de ser feita com constância, pois através da mesma o idoso, além de saber informações do medicamento, também é informado sobre a maneira correta de administração, efeitos, contraindicação, dentre outros meios que promovam a saúde e a sua recuperação.

Através de seus métodos, a assistência farmacêutica busca garantir a saúde por meio do aconselhamento, da conscientização familiar sobre o medicamento e, principalmente, garantindo a promoção da saúde de um grupo especial, que é a população idosa.

Segundo Lima *et al.* (2016), a Assistência Farmacêutica busca desenvolver ações e trabalhar com intuito de promoção da saúde de grupos especiais, sendo o idoso um deles, garantindo o desenvolvimento e o apoio familiar dese-

jado. Ainda, orientando sobre o uso correto dos medicamentos, esclarecendo dúvidas presentes e maneiras de administração do próprio fármaco.

A prática foi muito exitosa, trazendo a troca de experiências tanto para acadêmicos como para os idosos, pois sua essência abordou de maneira concisa que o uso racional de medicamentos é algo que necessita ser visto com cautela, principalmente quando se trata de utilização de medicamentos em idosos. Podemos observar as diversas formas de como os idosos em algumas situações necessitam ser abordados e os meios que podem ser utilizados para um esclarecimento correto, com o intuito de obter benefícios para a pessoa idosa e para a própria assistência na contribuição para a promoção da saúde.

Momento das ações de uso de plantas medicinais

Considerando que os idosos são os principais usuários de plantas medicinais (fitoterápicos) e a maior parte deles faz uso diário de medicamentos, é importante discutir sobre as principais plantas medicinais utilizadas por idosos de um Programa de Atenção Multidisciplinar de Saúde do Idoso, onde são discutidos e socializados usos de plantas medicinais, saúde e as atividades de extensão como oficinas, no intuito de esclarecer as dúvidas mais frequentes quanto à identificação botânica e diferenciação de espécies vegetais, forma correta de preparo de plantas medicinais e potenciais interações entre plantas medicinais e fármacos.

Fitoterápico é um "produto obtido de planta medicinal, ou de seus derivados, exceto substâncias isoladas farmacologicamente ativas, com finalidade profilática, curativa ou paliativa" (BRASIL, 2016).

Podemos dizer que temos alguns fatores que contribuem para o alto uso de plantas medicinais por idosos, tais como: fácil obtenção, baixo custo, difícil acesso aos medicamentos nos serviços de saúde, poucos efeitos adversos quando comparados a medicamentos convencionais, tradição cultural e preferência pelo natural (PIRIZ *et al.*, 2014).

É preocupante a automedicação com plantas, quando realizada em conjunto com outros medicamentos, podendo levar a efeitos sinérgicos e interações não esperadas pelo médico (VEIGA JUNIOR, 2008). Existe uma dificuldade grande em determinar a causa de interações entre um fármaco e uma planta medicinal, especialmente quando estas ocorrem em pacientes polimedicados, como os idosos (COLALTO, 2010).

Identificação de problemas em relação ao uso das plantas, como a forma de preparo inadequada, a procedência e o armazenamento inadequado, são fatores que podem comprometer a qualidade, a eficácia e os benefícios da utilização das plantas à saúde (FEIJÓ *et al.*, 2012).

Para que a população seja informada dos benefícios e riscos do uso da fitoterapia, é necessária uma interação cada vez maior da universidade com a comunidade (BRITTO *et al.*, 2008).

Palestras educativas sobre plantas medicinais e fitoterápicos, com a finalidade de esclarecer dúvidas e difundir o conhecimento sobre o uso adequado e seguro de plantas medicinais, foram atividades discutidas e socializadas no grupo de idosos, e, como resultado, têm contribuído para a valorização, o resgate do conhecimento popular e da utilização das plantas medicinais para os idosos do grupo – sendo que o uso racional da fitoterapia é importante para a qualidade de vida dos idosos, mas para que isso ocorra é fundamental a orientação correta quanto ao uso da fitoterapia.

Dessa forma, fazem-se necessárias ações educativas que aprimorem a prescrição e o uso da fitoterapia entre idosos. As pessoas que usam plantas devem ser informadas quanto à forma correta de preparo, posologia, dosagens adequadas, cuidados na identificação e armazenamento, para que se possa minimizar ou impedir a ocorrência de efeitos adversos ou de outros agravos à saúde decorrentes do uso inadequado de plantas medicinais.

Portanto, estas oficinas permitiram o desenvolvimento das atividades extensionistas e o resgate do conhecimento popular sobre plantas medicinais entre idosos participantes do grupo PAMSI. E demonstraram a importância da realização de atividades de extensão para aprimorar o uso da fitoterapia entre idosos e também com a finalidade de que o conhecimento científico alcance a população para que haja uma maior divulgação e o acesso a essas informações. Dessa forma, promovendo o conhecimento entre a universidade com a comunidade e proporcionando a melhoria da saúde e da qualidade de vida dos idosos.

CONCLUSÃO

Para alcançarmos o conhecimento sobre envelhecimento saudável, precisamos buscar informações. Para isso, podemos desenvolver ações educativas

em saúde que devem atender às necessidades de grupos com os quais estejamos envolvidos, sendo preciso alcançar expectativas na sua singularidade, como também no grupo como um todo.

O desenvolvimento de ações e atividades a respeito do processo de envelhecimento deve contribuir para melhorar as condições ambientais e a qualidade de vida das pessoas, principalmente na fase idosa.

Projetos de extensão universitária tornam-se uma abertura para o reconhecimento de grupos de pessoas e um meio de prática discente e docente, junto ao indivíduo com o qual se trabalha. Este projeto de extensão teve ações interdisciplinares, priorizando educação em saúde e atividade física que beneficiou uma comunidade com faixa etária específica. Essa troca entre o científico e os saberes comunitários potencializa o conhecimento de acadêmicos, docentes e comunidade que se inter-relacionam.

Portanto, considera-se este Programa de Atenção Multidisciplinar à Saúde do Idoso, um projeto de extensão com atividades de educação em saúde, que fortalece o aumento do nível de conhecimento sobre envelhecimento saudável dos idosos participantes, acarretando mudanças em seu comportamento, atitudes, hábitos e na qualidade de vida, trazendo benefícios diretos e indiretos a toda a população de forma geral. O projeto contribui para fortalecer o objetivo desta universidade comunitária, que é a sua inserção nas comunidades regionais, e o seu compromisso com a extensão – além de divulgar o conhecimento científico pelo ensino e produzir novos conhecimentos, através da pesquisa. Trata-se ainda de um importante esforço para partilhar o conhecimento, a arte e a cultura com as comunidades. Constituindo-se, dessa forma, uma via de mão dupla: a universidade não só ensina, mas também aprende e se reinventa nesse diálogo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira**. 2. ed., fasc. 1. Brasília: Anvisa, 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2008b). **Projeção da popula***ção do Brasil*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1272>. Acesso em: 10 abr. 2011.

BRASIL. Lei n. 8.842. (1994). Dispõe sobre a **política nacional do idoso**, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Alimentação saudável para a pessoa idosa**. Um manual para profissionais de saúde. Brasília, DF. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento**. Distrito Federal, 2010. 46 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 849, de 27 de março de 2017**. Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/index.php/legislacoes/gabinete-do-ministro/13398-portaria-no-849-de-27-de-marco-de-2017>. Acesso em: 23 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa.** Secretaria de Atenção à Saúde – 2006. 192 p. il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 19).

BRASIL. Portaria GM n. 2.528, de 19 de outubro de 2006. Dispõe da **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa** (PNSPI). Diário Oficial da União. Brasília (DF): 19 out. 2006.

BRITTO, V. L. M. Q. *et al*. Plantas medicinais e fitoterápicos no contexto da academia, governo e organizações da sociedade civil: exemplo de iniciativas populares no município de Uberlândia-MG. **Revista de Educação Popular**, v. 6, n. 1, 2008, p. 93-101.

CARVALHO, C. R. A. de; HENNINGTON, É. A. A abordagem do envelhecimento na formação universitária dos profissionais de saúde: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia.** Rio de Janeiro, 18(2): 417-43, 2015.

COLATO, C. Herbal interactions on absorption of drugs: Mechanisms of action and clinical risk assessment. **Pharmacological Research**, v. 62, n. 3, 2010, p. 207-227.

DIAS, J. M. M.; MONTEIRO, M. J. P.; RAINHO, M. da C. Gestão de estresse: técnicas de respiração e relaxamento e gestão do tempo. **Revista Eletrónica de Educação e Psicologia**, ano 2, v. 5, p. 71-81, 2015.

ELIAS, M. T. M. N. C. **As t**écnicas de **relaxamento como instrumento terapêutico de enfermagem em pessoas com sofrimento mental.** 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, Portugal, 2014.

FEIJÓ, A. M. *et al*. Plantas medicinais utilizadas por idosos com diagnóstico de *diabetes mellitus* no tratamento dos sintomas da doença. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 14, n. 1, 2012, p. 50-56.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

GONÇALVES, K. D.; SOARES, M. C.; BIELEMANN, V. de L. M. **Revista conexão UEPG**. Ponta Grossa (PR), v. 9, n. 2, 2013. Disponível em: <www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao>. Acesso em: 10 abr. 2011.

GUIMARÃES, J. R. S. **Associação Brasileira de Estudos Populacionais.** Envelhecimento populacional e oportunidades de negócios: um estudo de caso do potencial de mercado da população idosa envelhecimento populacional e oportunidades de negócios. 2016, p. 168 a 185.

LIMA, A. P. M. de; MOREIRA, S.; SOUZA, Y. B.; BARROS, K. B. N. T. Assistência farmacêutica e o uso racional de medicamentos em idosos. Mostra Científica da Farmácia, 10. Quixadá. **Anais...** Quixadá: Centro Universitário Católica de Quixadá, 2016.

MOSQUERA, J. J. M.; STOBAUS, C. D. (2006). Auto-imagem, auto-estima e auto-realização: qualidade de vida na universidade. **Psicologia Saúde & Doença**, 7(1): 83-8.

PIRIZ, M. *et al*. Pesquisa e atividades de extensão em fitoterapia desenvolvidas pela Rede Fito Cerrado: uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos por idosos em Uberlândia-MG. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 16, n. 3. Botucatu July/Sept. 2014.

PRIMO, C. C.; AMORIM, M. H. C.; LEITE, F. M. C. A intervenção de enfermagem: relaxamento e seus efeitos no sistema imunológico de puérperas. **Acta Paulista Enfermagem**, São Paulo, v. 24, n. 6, 2011.

SAAD, P. M. **Crescimento populacional**: demandas e possibilidades na área de saúde envelhecimento populacional: demandas e possibilidades na área de saúde. Séries Demográficas, abep.org.br. 2016, p. 153 a 166.

SAMPAIO, J. *et al*. Limits and potentialities of the circles of conversation: analysis of an experience with young people in the backcountry of Pernambuco, Brazil. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 18 (2014): 1299-1311.

SANTOS *et al*. **Revista Conhecimento Online**. ano 6, v. 1, abril. 2014. Disponível em: <www.feevale.br/revistaconhecimentoonline>. Acesso em: 10 abr. 2011.

SILVA, L. W. S. da, *et al*. Perfil do estilo de vida e autoestima da pessoa idosa-perspectivas de um programa de treinamento físico. Kairós Gerontologia. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Saúde**. 14, 2011, p. 145-166.

DOIS POR QUATRO editora

Rua Ivo Reis Montenegro, 191
Florianópolis/SC - CEP 88085-600
(48) 3371-8222 | (48) 98409-8222
editora@doisporquatro.com
www.doisporquatro.com

ISBN 978-85-69609-23-0

9 788569 609230